

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA

JEANE CARLA TAVARES E SILVA

PARTICULARIDADE E UNIVERSALIDADE NA APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA
POR MARX

UBERLÂNDIA-MG
ABRIL-2024

JEANE CARLA TAVARES E SILVA

PARTICULARIDADE E UNIVERSALIDADE NA APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA
POR MARX

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Filosofia na Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para
obtenção de título nas modalidades de
Bacharelado e Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Igor Silva Alves

UBERLÂNDIA-MG

ABRIL- 2024

JEANE CARLA TAVARES E SILVA

PARTICULARIDADE E UNIVERSALIDADE NA APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA
POR MARX

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Filosofia na Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para
obtenção de título nas modalidades de
Bacharelado e Licenciatura em Filosofia.

Uberlândia, 25 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Silva Alves

Prof(a). Humberto Aparecido de Oliveira Guido

AGRADECIMENTOS

Ao professor Igor Silva Alves, sem o qual essa pesquisa não teria sido concluída. Agradeço imensamente por aceitar orientar esse trabalho e por toda paciência, apoio, incentivo e suporte necessários ao longo da realização desse trabalho de conclusão de curso.

Às professoras e aos professores do Instituto de Graduação em Filosofia da UFU, em especial à professora Fillipa Carneiro Silveira, ao professor Humberto Guido, ao professor José Benedito, à professora Luciene Maria Torino, ao professor Marcio Tannús, à professora Maria Socorro Militão, ao professor Rafael Cordeiro Silva, ao professor William Costa Filho, pela contribuição na minha formação em Filosofia, assim como pelas excelentes aulas e reflexões que levarei comigo ao longo da minha formação.

Aos secretários Éricksen de Oliveira Dias e Ciro Amaro Fernandes Nascimento, por serem apoio aos estudantes ao longo do curso de Filosofia.

Aos meus pais, Jane Tavares e José Carlos e Silva, por terem me incentivado a estudar desde criança, além de terem me oferecido o suporte necessário para que eu estivesse aqui hoje realizando esse trabalho.

À Marlene Cunha Assis, minha madrinha, por ser uma segunda mãe para mim.

Ao meu padrinho, José Divino Tavares Júnior, e à minha madrinha, Patrícia Melo Valadares Tavares, por terem me acompanhado desde criança no meu processo de formação.

Aos meus avós, Layda Tavares da Silva e José Divino Tavares, que sempre me incentivaram os caminhos do conhecimento e do estudo.

Ao Guilherme Bueno, por ser meu namorado, companheiro de luta e amigo, além de ter sido ponto de apoio, troca, escuta e acolhimento durante toda a escrita da pesquisa.

À Isadora Bueno e Brenda Franco, por serem fonte de inspiração, acolhimento e amizade durante todos esses anos.

Aos meus amigos de graduação, Thales Ferreira e João Victor Costa, por serem suporte e amizade ao longo de toda a graduação, sem vocês a minha experiência na universidade não teria sido a mesma.

À Corrente Socialista das Trabalhadoras e dos Trabalhadores (CST-UIT-QI) e Juventude Vamos à Luta, por ter me formado enquanto militante revolucionária e por todos os ensinamentos partidários desde o início da graduação. Meus sinceros agradecimentos a toda militância combatente da CST, em especial a toda militância de Uberlândia, a qual eu tenho orgulho de fazer parte. Até o socialismo, sempre.

DEDICATÓRIA

Dedico este texto à minha mãe, Jane Tavares, e ao meu pai, José Carlos e Silva, que sempre apostaram na minha educação e estiveram ao meu lado durante todos os anos da minha graduação. Dedico também este texto a toda minha família e amigos, que me acompanharam na jornada de escrita do TCC.

“Não creio que seja inevitável o triunfo do socialismo. Creio que o resultado depende da luta de classes, na qual estamos implicados, e que portanto é indispensável lutar, lutar com vontade para triunfar. Porque podemos triunfar”.

(Nahuel Moreno)

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar o problema da História em Marx, enfatizando a luta de classes como o motor da História e o papel central do trabalho e da consciência no desenvolvimento dela. Destaca-se a relação contraditória entre trabalho e consciência, evidenciando como as condições materiais balizam a percepção da História, assim como esta impacta nas condições materiais. A História é apresentada como um processo dialético, no qual passado, presente e futuro estão interconectados. Além disso, discute-se o conceito do trabalho alienado na sociedade capitalista, em que os trabalhadores são separados dos frutos de seu trabalho. A importância da consciência de classe é ressaltada como um elemento crucial para a transformação social, apesar das limitações impostas pela ideologia dominante. O texto busca compreender essas relações a partir de uma análise histórica concreta feita pelo próprio Marx, a análise da situação histórica francesa em 1848, a partir de que Marx mostra as contradições entre a consciência e o fato histórico.

Palavras-chave: Karl Marx; História; trabalho; consciência; revolução.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the problem of history in Marx, emphasizing the class struggle as the engine of history and the central role of work and consciousness in its development. It highlights the contradictory relationship between work and consciousness, showing how material conditions guide the perception of history, as well as how history impacts on material conditions. History is presented as a dialectical process, in which past, present and future are interconnected. In addition, the concept of alienated labor in capitalist society is discussed, in which workers are separated from the fruits of their labor. The importance of class consciousness is highlighted as a crucial element for social transformation, despite the limitations imposed by the dominant ideology. The text seeks to understand these relationships based on a concrete historical analysis made by Marx himself, the analysis of the French historical situation in 1848, from which Marx shows the contradictions between consciousness and historical fact.

Keywords: Karl Marx; History; work; consciousness; revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- O ESQUEMA GERAL DA HISTÓRIA POR MARX E ENGELS NA IDEOLOGIA ALEMÃ	14
CAPÍTULO 2- O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE: MARX E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DO PROLETARIADO FRANCÊS EM 1848-1851.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	61

INTRODUÇÃO

A pesquisa de conclusão de curso propõe examinar o problema da História em Marx. Partindo do pressuposto de que os indivíduos não são apenas produtos passivos da História, mas agentes ativos que a constroem, o estudo busca compreender como essa dinâmica influencia a formação dos sujeitos históricos. O objetivo fundamental é demonstrar que o proletariado, enquanto classe social explorada e oprimida, tem o potencial de reinterpretar a História a partir de sua própria perspectiva, impulsionando uma transformação radical na sociedade. Essa reinterpretação acontecerá com o desenvolvimento de nova consciência, que surge das necessidades e demandas específicas da classe trabalhadora. Nesse contexto, o trabalho sustenta a tese que a História se desenrola na interseção entre as circunstâncias legadas pelo passado e a capacidade de ação dos seres humanos no presente, com vistas a moldar o futuro. Para o tema proposto, a pesquisa se baseia principalmente em duas obras de Marx, *A Ideologia Alemã* e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, as quais oferecem valiosos ensinamentos sobre a relação entre o desenvolvimento do trabalho, da consciência e da História.

A escolha dos textos *A Ideologia Alemã* e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* para embasar a pesquisa sobre a problemática da História relacionada à tensão entre trabalho e consciência se justifica pela riqueza teórica e analítica dos textos diante do tema deste trabalho. A obra de Marx sobre o problema aqui pesquisado é bastante ampla, mas a inclinação por utilizar prioritariamente esses dois textos foi dada devido à relevância teórica para a discussão aqui apresentada, o foco na análise histórica e social e limitação do escopo de pesquisa para aprofundamento do tema.

Outros textos de Marx podem abordar diretamente a relação entre trabalho, consciência e História com a mesma profundidade e especificidade que *A Ideologia Alemã* e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. No entanto, os textos citados apresentam ocasião privilegiada para a compreensão da relação entre trabalho, consciência e História, com ênfase na contradição trabalho e consciência e no desenvolvimento e transformação da História. Além disso, os livros apresentam, sobretudo *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, uma análise concreta do cenário

político e social da França em 1848 a 1851, o que representa, na prática, a contradição consciência e fato histórico, enriquecendo a análise do tema pesquisado. Ademais, a escolha dos textos também se baseou na qualidade da pesquisa. Levando em consideração o pouco tempo de desenvolvimento do trabalho, houve a necessidade da seleção de textos prioritários para a realização da pesquisa. Diante disso, em vez de abordar uma ampla gama de livros, optamos por uma abordagem mais aprofundada, detalhada, e concentrada nos dois textos em questão para uma análise mais rigorosa e aprofundada do tema pesquisado.

Decidimos dividir o texto em dois capítulos. No primeiro capítulo, cujo título é “O esquema geral da História em Marx”, trataremos de apresentar qual é a apresentação do processo da História em Marx a partir do texto *A Ideologia Alemã*. A abordagem dos conceitos de trabalho alienado e da relação entre trabalho e consciência é essencial para compreender como Marx entende a História e a formação dos sujeitos sociais. Para mais, a discussão sobre o método materialista de Marx ajuda a situar sua perspectiva teórica e metodológica em relação ao estudo da História. Para assimilar esses pontos, dedicamos a apresentar o que seria o método materialista de Marx, com o objetivo de captar, de maneira mais assertiva, sua posição sobre a História.

O segundo capítulo, intitulado “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte: Marx e a consciência histórica do proletariado francês em 1848-1851”, é dedicado a assimilar como o proletariado consegue reinterpretar a História a partir do seu ponto de vista de classe, isto é, dos interesses materiais e espirituais dos trabalhadores. À vista disso, a obra primordial deste capítulo é *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Esta obra é fundamental para a compreensão do tema da História em Marx, uma vez que ela expõe, a partir de um fato concreto da França entre os anos de 1848 a 1851, o movimento da História diante da contradição consciência e fato histórico. Neste capítulo, podemos ver o movimento da História apoiado na tensão entre o dado (passado construído) e o possível (futuro em aberto). No período em questão, em vez do proletariado realizar a revolução socialista, ele fica preso ao passado sem conseguir fazer o novo surgir, visto que sua consciência ainda estava atrelada à concepção de História da classe burguesa, Marx mostra que mesmo as condições materiais da revolução existindo em Fevereiro, não levou à formação de uma nova consciência da classe trabalhadora. Tal fato expressa que não existe uma

determinação direta da existência das condições materiais postas para a revolução com o surgimento de uma consciência crítica.

Por fim, um ponto importante a ser esclarecido é sobre a disposição dos capítulos. A escolha metodológica de começar com o texto da *Ideologia Alemã* depois de abordar a obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, foi feita com a intenção de elaborar um caminho mais acessível para compreender a complexa amarra conceitual implicada no tema. Nós sabemos que, se fosse para seguir à risca o método materialista de Marx, deveríamos começar este trabalho pelo segundo capítulo, analisando *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* para depois adentrar no estudo da *A ideologia alemã* com as questões mais abstratas. Ao começar com a análise da *Ideologia Alemã*, estamos estabelecendo uma base sólida sobre os conceitos fundamentais da teoria marxiana, como a relação entre trabalho e consciência, e como essa relação influencia o desenvolvimento dos indivíduos e da História. Ao seguir essa abordagem, podemos compreender os conceitos-chave necessários para o tratamento dos problemas do melhor o segundo capítulo, no qual vamos lidar com as mesmas questões, porém partindo de um fato histórico concreto. Começar com *A Ideologia Alemã* permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas que permeiam os eventos históricos analisados posteriormente em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.

CAPÍTULO 1- O ESQUEMA GERAL DA HISTÓRIA POR MARX E ENGELS NA *IDEOLOGIA ALEMÃ*

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) em *A ideologia alemã* (2007) desenvolvem sua perspectiva de História, amparada pelo ponto de vista materialista, crítica e dialética. Nesse texto, Marx e Engels defendem que a História é moldada por conflitos entre a classe dominante e a classe dominada de cada época, que possuem interesses antagônicos. De acordo com os filósofos, estes interesses antagônicos são resultados da luta de classe, que é vista como o motor da História, assim como o impulso de transformações profundas nas estruturas sociais de cada sociedade. Diante disso, Marx e Engels (2007) defendem que a História escrita de todas as sociedades até hoje existentes é a História das lutas de classes. É a História de oprimidos e opressores, em constante oposição, que têm como resultado um conflito ininterrupto. O objetivo central deste trabalho é compreender o problema da História na obra de Marx. Nesse sentido, apreender como os indivíduos construíram a sua História e como esta também erigiu os indivíduos. Com isso, o presente trabalho parte da concepção de que História é realizada diante da tensão entre as circunstâncias dadas pelo passado e a possibilidade de ação dos homens ao fazerem a História no presente com vistas no futuro.

Para pensar a História, segundo este trabalho, é preciso lidar com a noção de tempo, isto é, com as noções de passado, presente e futuro, que estão ligadas dialeticamente, uma vez que a compreensão da História é uma interconexão entre os tempos. Partindo disso, os filósofos (2007) compreendem que a História antes de mais nada é o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas transformam as forças de produção transmitidas pelas gerações passadas. Isso quer dizer que a atividade realizada no passado continua existindo, mas sob condições alteradas no presente e no futuro, dado que a humanidade tem a capacidade de modificar uma atividade de modo diferente das antigas condições. Essa transformação acontece pelo motivo da História estar interconectada com o desenvolvimento do trabalho. O trabalho é uma atividade central na vida humana, não apenas como meio de sustento,

mas também como elemento fundamental na organização social e produtiva. Nesse sentido, Marx afirma que “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2008, p. 211). Ao examinar o desenvolvimento do trabalho ao longo da História, percebe-se como as formas do trabalho e as relações de trabalho têm se constituído na História. O aprimoramento do trabalho está intrinsecamente ligado ao amadurecimento das forças produtivas e das relações de produção. Diante disso, ao examinar o presente, percebe-se que ele não surge sem precedentes históricos, mas é balizado por um passado anterior. Portanto, para entender plenamente o presente, é crucial entender o passado e as condições que o precederam.

O presente é o momento histórico em que se vive, tal contexto histórico não surge sem precedente, ele é resultado de um passado histórico antecedente. Nesse sentido, nota-se a vinculação entre passado e presente na tentativa de elucidação da história. Por isso, conceber as origens do desenvolvimento histórico permite-se contextualizar e interpretar os acontecimentos presentes de forma mais significativa. Isso ajuda a reconhecer as continuidades e rupturas ao longo do tempo, as contradições subjacentes e as possibilidades de transformação social. Em consequência disso, ao considerar a relação entre passado, presente e futuro na análise histórica, é essencial reconhecer o papel central do trabalho e suas implicações no desenvolvimento das sociedades humanas, uma vez que este, segundo Marx, passa a ser condição exclusiva e de existência do ser humano. O entendimento do trabalho como uma atividade produtiva que está intrinsecamente ligada ao processo histórico nos permite compreender mais profundamente a luta de classes e as mudanças ao longo do tempo.

A partir desse pressuposto, de acordo com a perspectiva marxiana, para apreender o presente é fundamental entender as relações materiais do momento, ou seja, o que implica investigar as condições econômicas, sociais e políticas vigentes. Isso significa que a análise do presente não pode ser dissociada das estruturas econômicas e das relações de produção que caracterizam uma determinada sociedade em um dado momento. Diante disso, observa-se a ligação da História com o trabalho com o objetivo de entender a História em geral. Isso porque, o trabalho desempenha um papel central nessa análise, pois é uma atividade intrinsecamente ligada à condição humana, além de sempre ter existido na História humana, dado que

ele é necessário para a sobrevivência humana, bem como determina os homens ao longo dos tempos. O trabalho acompanha a História da humanidade e a possibilidade da sua inexistência faria a humanidade perder sua característica fundamental. Por isso, entender as condições de trabalho ao longo da História é essencial para compreender a própria História. As formas de organização do trabalho, as relações de produção, as tecnologias empregadas e as condições de vida dos trabalhadores são aspectos que refletem as estruturas sociais e econômicas de uma sociedade em um determinado período histórico.

Para fazer esse processo de compreensão da História, como dito acima, é de suma importância entender as relações materiais de nosso tempo presente, que é diretamente ligada ao trabalho alienado, o qual é o núcleo estruturante da sociedade capitalista. O trabalho, na sociedade capitalista, assume uma dimensão importante, uma vez que Marx e Engels identificaram o trabalho alienado como o núcleo estruturante da sociedade capitalista. Para os autores, o trabalho alienado seria caracterizado pela separação entre os trabalhadores e os produtos de seu trabalho, bem como pela falta de controle dos trabalhadores sobre o processo de produção e os frutos de seu trabalho. Essa alienação é resultado das relações de produção capitalistas, onde os meios de produção são de propriedade privada e controlados por uma classe dominante, enquanto os trabalhadores vendem sua força de trabalho em troca de salários. Para tanto, o filósofo alemão diz que “as forças produtivas assumiram uma forma objetiva para o trabalhador, não sendo mais as forças deles próprios, mas a da propriedade privada vinculada ao capitalismo” (MARX, 2007, p.72). E, para analisar o significado do trabalho alienado no nosso tempo, é indispensável apreender o desenvolvimento do trabalho ao longo do tempo. Isso envolve examinar as transformações nas formas de organização do trabalho, as mudanças nas condições de trabalho e as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. Assim sendo, o trabalho alienado será objeto de estudo de Marx e Engels durante seus anos de estudo. Nesse sentido, ao estudar o trabalho alienado, Marx e Engels não apenas oferecem uma crítica profunda da sociedade capitalista, mas também proporcionam uma análise histórica que nos permite entender as raízes históricas das condições de trabalho presente e as possibilidades de transformação social.

A análise do trabalho alienado por Marx e Engels parte de uma abordagem concreta e materialista da realidade, centrada na realidade do trabalhador, tanto

individualmente quanto coletivamente. Os filósofos buscam desmistificar as relações de produção capitalista, examinando as condições concretas nas quais o trabalho é realizado e os efeitos dessas condições na vida dos trabalhadores. Aqui Marx anuncia o que é o materialismo histórico e para onde ele aponta. O filósofo, nas *Teses sobre Feuerbach* (2007), começa delimitando o defeito de todo o materialismo até então existente. O problema, na concepção do autor, estaria na compreensão de objetos da realidade, ou mesmo do sensível, apartado da transformação pela atividade humana sensível. Desse modo, o primeiro passo rumo ao que Marx e Engels vieram a chamar de materialismo histórico foi superar a dicotomia entre sujeito e objeto, reconhecendo que a realidade é moldada e transformada pela atividade humana, especialmente pelo trabalho. À vista disso, Marx e Engels defendem na primeira tese “o principal defeito de todo materialismo até agora é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma de objeto ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível” (MARX; ENGELS, 2007, 533). O trabalho é entendido como a mediação fundamental entre o homem e o mundo objetivo, através do qual o homem transforma a natureza e a si mesmo. O materialismo de Feuerbach ficou preso somente à contemplação ou ao próprio objeto em questão, esquecendo que este último também deve ser compreensível em relação à atividade humana sensível, entendida como a junção do sujeito e do objeto, por meio do trabalho.

Compreender a crítica de Marx ao pensamento de Feuerbach requer uma análise cuidadosa das concepções filosóficas de ambos os pensadores. Marx argumenta que o filósofo, embora se autodenomine materialista, permaneceu preso a uma abordagem idealista, pois não conseguiu superar a separação entre sujeito (pensamento) e objeto (sensível) em sua análise. Para Marx e Engels, Feuerbach concebe o materialismo sem compreender que o sensível faz parte de uma atividade prática, resultando em um materialismo apenas contemplativo, ou seja, um materialismo que não consegue ir às raízes dos problemas e captar a centralidade da atividade sensível para o sujeito, polo de ação, pois não vincula o sujeito ao objeto, ficando apenas no âmbito da reflexão e, por isso, descartando a vida prática. Isso porque, Feuerbach não consegue ir às raízes dos problemas sociais porque não consegue vincular adequadamente o sujeito ao objeto em sua análise. Ao separar o sujeito do objeto, ele acaba por descartar a importância da vida prática na formação dos objetos sensíveis. Essa separação impede a compreensão da verdadeira

natureza dos objetos sensíveis, que são produtos da atividade humana em constante interação com o mundo objetivo. De modo que, Marx e Engels dizem

Feurbach quer objetos sensíveis, efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [...]. Ele não compreende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica (MARX; ENGELS, 2007, 533).

Esse movimento colocaria no objeto uma pureza em si mesmo que não existe. Os objetos sensíveis são nutridos de atividade humana, tanto intelectualmente como manualmente. Para a concepção marxiana, a superação dessa separação entre sujeito e objeto é fundamental para uma compreensão verdadeiramente materialista da realidade. O materialismo histórico proposto por Marx reconhece que os objetos sensíveis são produtos da atividade humana e, portanto, são a síntese dos aspectos objetivos e subjetivos da realidade. Essa abordagem permite entender a dinâmica das relações sociais e econômicas de forma mais completa, levando em consideração tanto os aspectos materiais quanto os aspectos práticos da vida humana. Assim, a crítica de Marx ao pensamento de Feuerbach não é apenas uma questão de terminologia filosófica, mas sim uma crítica fundamental à incapacidade de Feuerbach de compreender a natureza dialética da realidade. Ao permanecer preso a uma abordagem idealista, ele falha em captar a verdadeira essência do materialismo e, conseqüentemente, em oferecer uma análise adequada das condições sociais e econômicas de sua época.

Em conseqüência disso, Marx não poderia deixar de perceber que o máximo de desenvolvimento desse materialismo é a contemplação de indivíduos singulares inseridos na sociedade burguesa, visto que Feuerbach não compreendeu esses indivíduos em uma realidade social necessária, mas, sim, os apreendeu de maneira isolada no interior da História. Em conseqüência disso, Marx e Engels afirmam “o máximo a que chega o materialismo contemplativo, isto é, o materialismo que não concebe o sensível como atividade prática, é a contemplação da sociedade burguesa” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535). Essa posição de analisar o indivíduo apartado uns dos outros e de sua realidade vai ao encontro do indivíduo burguês, o qual representaria o espírito da História. Marx avança, nesse aspecto, quando elabora o materialismo histórico, dado que seu materialismo não fica ancorado sob o ponto de vista da sociedade burguesa, pelo contrário, ele é estruturado com o intuito de servir à transformação da sociedade, por intermédio da práxis, pela união da interpretação e da transformação da sociedade, apoiado na História do presente e pelo olhar do

passado. Sendo assim, Marx entende que para apreender o sensível é importante perceber a unidade entre subjetivo e objetivo, com o intuito de compreender a totalidade da história.

Com isso, o materialismo marxiano apontará para a práxis. Esta, como concebida por Marx e Engels, envolve a união indissociável entre teoria e prática. A teoria fornece a compreensão do mundo, enquanto a prática guia a transformação social. Marx enfatiza que uma teoria desvinculada da prática é ineficaz para a mudança social, assim como uma ação desprovida de base teórica carece de direção e propósito. Diante dessa formulação que Marx escreve a célebre tese onze, a qual diz “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535). Portanto, a práxis revolucionária é aquela que integra teoria e prática de maneira orgânica, reconhecendo sua interdependência e complementaridade. Além disso, Marx alerta que qualquer teoria que negligencie a práxis reforça a alienação, ao manter a separação entre trabalho intelectual e prático. A práxis, portanto, emerge como um elemento central na luta pela emancipação humana, pois transcende a dicotomia entre pensamento e ação, teoria e prática, e busca a transformação radical das estruturas sociais de exploração e opressão. Assim, a práxis é a chave para a compreensão e a transformação da sociedade, pois integra a interpretação teórica do mundo com a ação prática na busca pela emancipação humana.

A partir disso, pode-se entender melhor o que Marx formula sobre o trabalho. Este é muito mais do que simplesmente uma atividade produtiva; é a forma pela qual os seres humanos interagem com a natureza e transformam o mundo ao seu redor para atender às suas necessidades materiais. O trabalho é a atividade central pela qual os seres humanos produzem e reproduzem sua vida material ao longo da História. É através do trabalho que os seres humanos criam os meios de subsistência, desenvolvem tecnologias, constroem infraestrutura e organizam suas sociedades. Portanto, compreender a história humana significa entender como o trabalho moldou e foi moldado pelas condições sociais, econômicas e políticas em diferentes períodos históricos. Nesse contexto, Marx enfatiza a importância de retornar ao conceito de trabalho alienado. O trabalho alienado refere-se à condição na qual os seres humanos são separados dos produtos de seu trabalho, do processo de trabalho em si e até mesmo de sua própria essência humana. No contexto da sociedade capitalista, o

trabalho alienado é a forma dominante de organização do trabalho, em que os trabalhadores são explorados e alienados de sua própria atividade formadora.

Ao compreender o trabalho alienado, Marx argumenta que podemos entender como os seres humanos construíram sua própria História ao longo do tempo. O trabalho alienado não é apenas uma condição presente, mas é resultado de um processo histórico. Portanto, ao examinar o trabalho alienado no tempo presente, podemos entender como as relações de produção capitalistas moldam a vida dos trabalhadores. Além disso, Marx enfatiza a importância de retornar ao passado para entender como o trabalho alienado se desenvolveu ao longo da História. Ao examinar as formas anteriores de organização do trabalho, podemos identificar as origens e as raízes históricas do trabalho alienado na sociedade capitalista. Sendo assim, a História só é possível de apreender-se mediante a compreensão do trabalho alienado, a partir do tempo presente, mas também com o retorno ao passado, que impactou a História do presente. Tudo isso com o objetivo de alcançar o esquema geral da História na perspectiva dos autores aqui trabalhados.

Marx e Engels (2007) percebem, em suas análises, que na sociedade capitalista há uma inversão de valores, onde o mundo das coisas, representado pelo capital e pela mercadoria, é supervalorizado em detrimento da valorização do mundo humano. Essa tendência, segundo Marx, remonta ao idealismo, uma vez que coloca o foco no mundo das abstrações e das relações mercantis, relegando a segundo plano as relações humanas concretas e a realização plena das potencialidades humanas. Essa supervalorização do mundo das coisas contribui para o processo de alienação humana no trabalho. Na sociedade capitalista, o trabalhador é reduzido à condição de mero vendedor de sua força de trabalho, tornando-se um apêndice da máquina a serviço da acumulação do capital. O trabalhador, nesse contexto, é tratado como uma mercadoria, cujo valor é determinado pela quantidade de trabalho que pode realizar e pelo lucro que pode gerar para os donos dos meios de produção.

Com isso, para Marx e Engels chegarem a essa conclusão, foi necessário um estudo aprofundado da situação presente do capitalismo. No entanto, eles compreendem que essa condição está diretamente relacionada com a constituição do passado. Ao longo da História, o trabalho sempre foi uma necessidade para a sobrevivência humana. No entanto, com o surgimento do trabalho alienado, as relações de produção distorceram essa relação fundamental, transformando o trabalho em uma fonte de alienação e exploração. Assim, ao investigar o trabalho

alienado, os autores revelam as profundas contradições dos modos de produção e sua relação com a História passada e presente. Eles mostram como a exploração e a alienação no trabalho são fenômenos enraizados na História do desenvolvimento das relações de produção, destacando a necessidade de uma transformação radical das estruturas sociais e econômicas em direção a uma transformação social.

Essa intensificação da alienação é ainda mais evidente com o aprofundamento da divisão do trabalho na sociedade burguesa. A divisão do trabalho, que já era presente em sociedades anteriores, torna-se mais aguda e complexa no contexto capitalista. Essa divisão não apenas fragmenta a atividade humana, mas também hierarquiza as relações sociais, relegando o trabalho manual aos trabalhadores e reservando o trabalho intelectual às classes dominantes. Nas palavras de Marx, “a divisão do trabalho só se torna realmente divisão do trabalho a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual” (MARX, 2007, p. 35). É importante notar que essa divisão entre trabalho material e espiritual não é exclusiva do capitalismo; ela tem suas raízes na história anterior, especialmente na transição para as sociedades de classe e na emergência da propriedade privada dos meios de produção. A alienação do trabalho é uma forma de separação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, resultando em uma sensação de estranhamento e perda de controle sobre sua própria atividade. Na sociedade capitalista, essa divisão social do trabalho se intensifica, levando a uma exploração mais profunda do trabalhador. Marx e Engels destacam como o trabalhador moderno, apesar de parecer livre, na verdade, se vende, mantendo-se numa condição de escravidão em relação à classe proprietária. Essa venda de si mesmo é uma consequência direta da lógica do capitalismo, em que a mercantilização da força de trabalho é uma condição essencial para a acumulação de capital. Assim, na sociedade moderna, intensificou-se a divisão social do trabalho, aumentando sobremaneira a exploração do trabalhador e, por consequência, a alienação do trabalho, numa proporção que

o operário moderno parece ser livre, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente- e não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda classe proprietária (ENGELS, 2010, p. 121).

Posto isso, é de suma importância perceber que a História da humanidade se desenvolve apoiada no desdobramento do trabalho em um dado contexto histórico.

Assim sendo, para analisar a História, de um ponto de vista materialista, é crucial compreender os desdobramentos dos modos de produção, a partir do desenvolvimento do trabalho alienado ao longo da História, uma vez que este impacta não só no desdobramento (objetivo) da realidade social, mas também na formação (subjetiva) da humanidade. Tal passagem dos modos de produção e das relações de trabalho só podem ser efetuadas com base na tensão da ação dos homens no processo de fazer a sua História, bem como no processo de influência das próprias circunstâncias sociais dadas pela História para o homem. Essa tensão demonstra o caráter dialético do desenvolvimento da História, pois, enquanto o homem faz a História, esta também faz o homem.

Na perspectiva de Marx e Engels (2007), a História não é constituída por forças exógenas ao homem, isto é, apenas por forças externas ao indivíduo, como também não é um construto imaginário como posicionaria um idealista, ou seja, uma História idealizada na mente sem nenhuma vinculação com a realidade posta, uma vez que não é possível postular idealmente um conceito de História sem o próprio processo histórico. Dito isso, Marx defende que os grandes sujeitos da História são os seres humanos vivos, ativos e inseridos em uma determinada época histórica, são sujeitos que produzem a sua vida por meio do trabalho. Para tanto, toda historiografia deve partir de fundamentos naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da História. Com isso, Marx e Engels dizem todos “[...] devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’.” (MARX; ENGELS, 2007, p.33). Portanto, “[...] toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história.” (MARX; ENGELS, 2007, p.87).

Em consonância com esse ponto de vista, mostra-se necessário compreender que a condição do trabalho alienado encontrada hoje não é algo abstrato, uma vez que tal situação é desenvolvida ao longo do processo histórico. Por esse motivo, é crucial entender o desenvolvimento do trabalho alienado e as suas especificidades no decorrer do tempo. Marx e Engels destacam que a produção da vida material é essencialmente uma relação social, pois envolve a cooperação de diversos indivíduos por meio do trabalho e do modo de produção em vigor. Esse modo de produção está intrinsecamente ligado à organização social da realidade e define como o trabalho é realizado e como a alienação se manifesta ao longo da História. Essa relação de produção corresponde a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e do nível de consciência de uma determinada época. Dessa

maneira, o modo de produção implicará diretamente em como o trabalho será realizado ao longo do tempo e como a alienação se estruturou ao longo da história, ou seja, a forma como o modo de produção é estabelecido impactará o trabalho e quem vai deter as riquezas produzidas a partir dele.

A partir disso, o modo de produção pode ser entendido como a forma pela qual a sociedade organiza suas atividades econômicas e produtivas. Ele está relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e ao nível de consciência de uma determinada época. Cada modo de produção implica em uma determinada estrutura econômica que, por sua vez, corresponde às relações sociais, políticas e ideológicas de um dado período histórico. É importante destacar que o modo de produção não é estático, mas sim dinâmico e influenciado por uma série de fatores sociais, políticos, ideológicos e de consciência. A própria luta de classes e avanços tecnológicos podem impactar significativamente a estrutura econômica e as relações de produção de uma sociedade. Sendo assim, Marx e Engels afirmam que o modo de produção

Não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p.87).

Assim, o modo de produção estabelece uma base sólida para a estruturação das relações sociais, políticas e ideológicas de uma sociedade em um determinado momento histórico. No entanto, essa estrutura não é imutável e está sujeita a transformações e rupturas ao longo do tempo. O surgimento de novas formas de organização econômica e social pode ser resultado de conflitos e contradições internas ao sistema vigente, bem como de influências externas e mudanças de consciência social. Diante disso, para compreender plenamente a condição do trabalho alienado na sociedade capitalista, é essencial contextualizá-la dentro do desenvolvimento histórico do modo de produção e das transformações da consciência, econômicas, sociais e políticas que moldaram e continuam a moldar as relações de trabalho e a estruturação da sociedade como um todo.

No âmago da teoria de Marx e Engels está a análise profunda das origens e desenvolvimento da condição humana, especialmente no que tange à relação entre trabalho, consciência e alienação. Ao considerar o primeiro ato histórico da

humanidade, que está intrinsecamente ligado ao primeiro ato de trabalho, podemos vislumbrar uma compreensão fundamental sobre a natureza do trabalho humano e sua relação com a consciência e a alienação. No momento em que os seres humanos começam a realizar atividades produtivas, eles iniciam um processo de modificação da natureza para satisfazer suas necessidades materiais. Essa transformação da natureza é, ao mesmo tempo, uma transformação do próprio ser humano. À medida que os seres humanos interagem com o ambiente natural e o transformam por meio do trabalho, eles também se transformam, desenvolvendo suas habilidades e potencialidades. Diante disso, os autores revolucionários defendem que “Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 2007, 27).

No momento inicial do trabalho, os seres humanos possuem uma consciência limitada sobre o ato de trabalho e suas implicações. Isso ocorre porque as forças produtivas ainda são rudimentares e a consciência humana está em estágio inicial de desenvolvimento. Os primeiros seres humanos, ao começarem a trabalhar para produzir sua subsistência, não possuem plena consciência do significado ou das consequências de suas ações. Nesse sentido, o ato de trabalho inicial pode ser considerado alienado, pois ocorre em um estado de relativa inconsciência e falta de compreensão sobre o próprio processo de trabalho e suas consequências. Assim, ao analisar o primeiro ato de trabalho, podemos entender que a alienação não é um fenômeno exclusivo da sociedade capitalista, mas está presente desde os primórdios da História humana. A falta de consciência e compreensão sobre o trabalho e suas implicações pode ser vista como uma forma inicial de alienação, que é posteriormente desenvolvida e ampliada ao longo da História, especialmente no contexto das relações sociais e econômicas mais complexas da sociedade capitalista.

No estágio inicial do desenvolvimento humano, quando os seres humanos estão apenas começando a desenvolver atividades produtivas para satisfazer suas necessidades básicas, a consciência humana é rudimentar em relação ao trabalho e à realidade material que estão produzindo. Em relação ao início do desenvolvimento da consciência, Marx e Engels dizem “se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal [...]; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (MARX; ENGELS, 2007, p.35). Essa consciência limitada resulta em uma forma inicial de alienação durante o processo produtivo, pois os indivíduos não têm

pleno domínio de suas capacidades e não compreendem completamente o significado ou as consequências de suas ações. Nesse estágio, a consciência está intimamente ligada ao meio sensível imediato, e não há elaborações mentais abstratas. Os seres humanos percebem apenas o mundo ao seu redor de maneira direta, sem a capacidade de fazer reflexões mais profundas ou abstratas sobre o significado de seu trabalho, ou sua relação com o ambiente natural.

Essa consciência limitada se manifesta como uma sensação de estranhamento e limitação diante das forças do trabalho. Os seres humanos percebem o trabalho como um poder estranho que os controla, e suas capacidades são percebidas como limitadas diante das demandas da produção. Nesse sentido, a consciência é percebida como algo externo, ao invés de uma expressão autêntica da própria essência humana. No entanto, à medida que o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento das necessidades humanas impulsionam a produtividade do trabalho, a consciência humana começa a se expandir e se aperfeiçoar. Com o aumento da complexidade das atividades produtivas e a emergência de novas formas de organização social, a consciência se desenvolve para incluir uma compreensão mais abrangente e abstrata do mundo e de si mesma. Portanto, podemos observar que a contradição entre trabalho e consciência surge no estágio inicial do desenvolvimento humano, quando a consciência é limitada e rudimentar em relação ao processo produtivo. Contudo, essa contradição ainda permanece mesmo com a consciência se desenvolvendo e se aperfeiçoando, em paralelo com o progresso das forças produtivas e o avanço das relações sociais e econômicas, uma vez que a natureza do trabalho alienado e das relações de produção continuam existindo. Assim, mesmo com o aumento da consciência e da compreensão do mundo, os seres humanos muitas vezes se veem em conflito com as estruturas e demandas do trabalho alienado. Essa contradição persistente reflete a complexidade inerente às interações entre a consciência individual e as condições sociais e econômicas em constante mudança. Portanto, a busca pela reconciliação entre trabalho e consciência permanece um desafio central em direção à realização plena de seu potencial individual e coletivo.

Com o aumento das necessidades humanas, relações sociais e população ao longo da história, forma-se, assim, a família emerge como uma instituição crucial no contexto do trabalho e na continuidade da sociedade. A família é a organização social que tem como “pressuposto e fundamento a família simples e a família composta, a assim chamada tribo”, de acordo com Marx e Engels (MARX; ENGELS, 2007, p.39).

Os indivíduos começam a formar núcleos familiares visando melhorar a produção e reprodução da vida. Nesse estágio inicial, desenvolve-se a primeira forma de divisão do trabalho: a divisão do trabalho no âmbito sexual. Essa divisão se baseia na diferenciação natural das funções entre homens e mulheres na família e na subsequente separação da sociedade em unidades familiares distintas e, muitas vezes, opostas umas às outras. Segundo os autores, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem (MARX; ENGELS, 2007, p.39). Essa divisão natural do trabalho representa uma forma inicial de alienação, pois reflete a emergência de relações sociais mais complexas e a crescente dependência entre os membros da família para realizar as atividades produtivas e garantir a reprodução da vida. No entanto, essa dependência mútua não se reflete necessariamente na distribuição igualitária dos produtos do trabalho. Enquanto o trabalho tende a ser mais coletivizado dentro da unidade familiar, a distribuição dos produtos do trabalho muitas vezes não é realizada de forma equitativa, o que contribui para a contradição entre os interesses individuais das famílias e o interesse coletivo da sociedade como um todo. Nota-se o surgimento de uma maior coletivização do trabalho e uma menor coletivização do produto, uma vez que, nesse contexto, se dá a contradição entre o interesse das famílias singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos mutuamente, já que há dependência dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido, uma vez que as relações familiares eram mais coletivas e menos baseadas na propriedade privada, mas, ao mesmo tempo, a distribuição dos produtos do trabalho não se dava na mesma proporção do que o ato conjunto de realizar o trabalho.

O que pode ajudar a explicar a diferença entre a maior coletivização do trabalho e a menor coletivização do produto é a contradição entre trabalho e consciência operando aqui. A consciência dos indivíduos continua em estágio inicial de desenvolvimento, refletindo o próprio estágio incipiente do trabalho. Os indivíduos não têm uma compreensão completa do significado ou das consequências de seu trabalho, o que os torna sujeitos a um poder estranho que subjuga o homem durante o processo produtivo. Essa subjugação resulta em uma consciência principiante, onde os indivíduos não têm plena noção do desenvolvimento completo de seu trabalho e são confrontados com um poder estranho que domina suas vidas. Ela ainda não desenvolvida completamente, em resultado ao pouco desenvolvimento do próprio trabalho, contribuiu na dependência dos homens reciprocamente durante o processo

de trabalho. Mas, mesmo que o trabalho ainda tende a ser mais coletivizado, há ainda um poder na atividade produtiva que é estranho e que subjuga o homem, ao ponto do trabalho querer dominar o homem.

A relação entre as forças produtivas e a divisão do trabalho é um aspecto central na compreensão das contradições entre trabalho e consciência ao longo da História humana. As forças produtivas de cada época histórica determinam o nível de desenvolvimento da divisão do trabalho e, por sua vez, influenciam a consciência dos indivíduos e as relações sociais. Nas sociedades tribais ou primitivas, as forças produtivas eram limitadas e rudimentares. Isso resultava em uma baixa divisão do trabalho, em que as tarefas e funções eram distribuídas de forma igualitária entre os membros da comunidade. A consciência humana nesse estágio inicial era elementar, pois os seres humanos ainda estavam em processo de compreensão da natureza, de si mesmos, de suas ações, além do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas da época. Ao passo que, segundo Marx e Engels, a “consciência tribal obtém seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento ulteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35). Conforme as forças produtivas avançam e se desenvolvem ao longo do tempo, a divisão do trabalho se torna mais complexa e especializada. Novos modos de produção e relações sociais emergem, o que leva a uma diferenciação mais acentuada das funções e papéis desempenhados pelos indivíduos na sociedade. Cada fase da divisão do trabalho reflete as relações sociais e as condições materiais de produção de uma determinada época histórica. Essa evolução da divisão do trabalho não apenas influencia como o trabalho é organizado, mas também molda as relações sociais e a consciência dos indivíduos. À medida que as forças produtivas se desenvolvem e a divisão do trabalho se torna mais complexa, surgem novas formas de alienação e contradições entre trabalho e consciência, refletindo as mudanças na estrutura social e econômica da sociedade ao longo do tempo.

Com o desenvolvimento da divisão natural do trabalho dentro da estrutura familiar e o progresso gradual da consciência, emerge a primeira forma de propriedade: a propriedade tribal. Essa forma de propriedade está intrinsecamente ligada ao estágio primitivo das forças produtivas, da divisão do trabalho e do desenvolvimento da consciência. Marx e Engels dizem “desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais

(MARX, ENGELS, 2007, p.35). Na sociedade tribal, a produção é extremamente primitiva e voltada principalmente para a subsistência, visando satisfazer necessidades básicas como alimentação, abrigo e proteção contra ameaças externas. Os meios de produção são rudimentares, consistindo em ferramentas simples como gravetos, pedras e espinhos, utilizados para caça, pesca e outras atividades de sobrevivência. Esse estágio inicial de desenvolvimento das forças produtivas resulta em uma consciência ainda incipiente, limitada pela falta de compreensão do indivíduo sobre o resultado de seu trabalho como sendo seu próprio produto. Isso reflete a presença da alienação do trabalho na sociedade tribal, onde há uma separação entre o trabalho realizado e a fruição de seus produtos. Com o advento da propriedade tribal, essa alienação se aprofunda, pois a divisão do trabalho começa a separar ainda mais o trabalho da fruição de seus produtos. Surgem relações sociais baseadas na posse e acumulação de certa riqueza produzida, muitas vezes às custas da exploração e escravização de outros membros da comunidade. Um exemplo disso é a prática da escravidão, onde o senhor detinha a posse do escravo e dos produtos de seu trabalho, sem contribuir diretamente para o processo produtivo. No entanto, à medida que a produtividade aumenta, as necessidades se expandem e a população cresce, há um desenvolvimento e aperfeiçoamento da consciência. Esse desenvolvimento da consciência é impulsionado pelo aumento da produtividade do trabalho e pelo surgimento de necessidades mais complexas. Além disso, o início da formação de cidades, através da união de tribos conquistadas ou unificadas, marca um avanço significativo na organização social e econômica da sociedade tribal.

A transição da propriedade tribal para a comunal marca um estágio significativo na evolução das relações sociais e econômicas da sociedade humana. Com o surgimento das primeiras cidades e a união das tribos, a propriedade comunal se desenvolve, introduzindo a noção de propriedade móvel, ou seja, propriedade pessoal, que mais tarde evolui para a propriedade imóvel, caracterizada como a propriedade privada dos meios de produção, subordinada à propriedade comunal. Nesse contexto, a divisão do trabalho alcança um nível mais avançado, acompanhado por um correspondente desenvolvimento da consciência. Surge uma clara distinção entre trabalho rural e urbano, associados respectivamente ao trabalho braçal e intelectual, além do estabelecimento de um primeiro antagonismo de classe entre cidadãos, estrangeiros e escravos. A cidade e o campo passam a representar polos opostos, refletindo o aprofundamento da divisão do trabalho e das relações sociais.

Na propriedade comunal, embora já existam senhores, proprietários de bens, mestres, artesãos, camponeses e escravos, ainda não se estabeleceu uma propriedade individual controlada por uma classe dominante. Aqui “surgiu pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente sobre a divisão do trabalho e os instrumentos de produção.” (MARX; ENGELS, 2007, p.51). Os meios de produção, como terras, máquinas e recursos naturais, são considerados propriedade comum da coletividade ou da sociedade como um todo. No entanto, o avanço da divisão do trabalho e das forças produtivas resulta no surgimento da propriedade privada da terra, intensificando as divisões sociais. Alguns indivíduos ou famílias acumulam mais terras e riqueza, enquanto outros se tornam dependentes desses proprietários para seu sustento, o que contribui para o surgimento de classes sociais distintas, como senhores feudais e servos. A relação de classe entre cidadãos e escravos também se consolida, com os cidadãos exercendo poder sobre seus escravos, que são os principais produtores. Essa dinâmica evidencia a luta de classes na história, onde os interesses e as aspirações das diferentes classes sociais entram em conflito. O surgimento de contradições internas e transformações nas relações de produção é influenciado por diversos fatores, como a escassez da população e o declínio do Império Romano. A partir deste momento, para os autores, “[...] a consciência está em condições de se emancipar do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral” (MARX; ENGELS, 2007, p.25). Essas condições históricas preexistentes, aliadas ao modo de organização da conquista, contribuíram para o desenvolvimento da propriedade feudal, influenciada pela organização militar germânica.

Diante disso, a terceira forma de propriedade é a feudal. Ela representa um estágio marcante, impulsionado pelo aprimoramento das forças produtivas, uma maior divisão do trabalho e um avanço na consciência dos indivíduos. Nesse contexto, a propriedade gira em torno da terra, em que os senhores feudais detêm o controle das terras, enquanto os camponeses trabalham nelas. Esta forma de propriedade ainda está fundamentada em uma comunidade, onde a classe produtora é composta pelos camponeses ou servos. A distribuição desigual da posse da terra é evidente, uma vez que os senhores feudais controlam as terras sem necessariamente participar da produção, enquanto exercem poder sobre os servos e cobram tributos. A economia feudal é dominada pela produção agrícola, realizada em feudos sob um regime de trabalho servil, com uma clara hierarquia entre clero, nobres, senhores, camponeses

e servos. Estes últimos são responsáveis por todo o trabalho produtivo, sustentando a estrutura econômica e social do sistema feudal. No entanto, a divisão do trabalho permanece pouco desenvolvida, enquanto a estrutura estamental está firmemente estabelecida, tanto no campo quanto na cidade. Isso resulta em uma maior alienação do trabalho e em uma separação mais acentuada entre o produto do trabalho e aqueles que o produzem, ou seja, os camponeses e/ou servos. Essa estrutura de impedimento da fruição do trabalho por parte dos produtores reforça outra característica da alienação: o não reconhecimento da realização do trabalho. No feudalismo, a contradição da produção é evidente, uma vez que os servos de cada feudo trabalham para o senhor feudal, dono das terras, sem ter controle sobre o que produzem ou como os produtos são distribuídos. Eles estão vinculados a um sistema de trabalho rígido e muitas vezes controlado pelo senhor feudal. Essa relação de exploração acentua a contradição entre trabalho e consciência, uma vez que o produto do trabalho não pertence ao servo, mas sim ao senhor feudal. Como resultado, o desenvolvimento completo da consciência é prejudicado, pois o indivíduo não se reconhece como o dono do produto de seu próprio trabalho, afetando assim o avanço da consciência.

A transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista marca um momento crucial na História, especialmente na Baixa Idade Média. No feudalismo, a produção era estruturada em torno dos feudos, em que a terra representava a principal fonte de riqueza. No entanto, essa sociedade estava sujeita a contradições internas, como a fragmentação da propriedade da terra e uma aristocracia feudal que não estava mais alinhada com as necessidades econômicas em crescimento. Com o aumento da população, os excedentes de produção começaram a ser destinados à troca com indivíduos de outros grupos, dando origem às relações sociais de produção e às negociações entre as nações. A burguesia moderna emerge desse contexto, surgindo das ruínas da sociedade feudal e introduzindo novas condições de produção, divisão do trabalho e consciência. No desenvolvimento do sistema capitalista, as forças produtivas, a divisão do trabalho e a consciência passam por um significativo aprimoramento. A relação entre as forças produtivas e a consciência resulta em uma série de tecnologias e técnicas inovadoras.

No capitalismo, a produção é organizada em torno da propriedade privada dos meios de produção, como fábricas, terras e recursos naturais, visando ao lucro. A divisão social do trabalho, que acompanha o progresso das forças produtivas, torna-

se mais especializada e fragmentada devido ao acelerado processo produtivo, resultando na subdivisão de tarefas em unidades cada vez menores. Esse processo de especialização e fragmentação do trabalho contribui para o aprofundamento da alienação do trabalho. Apesar do desenvolvimento das relações entre produção e consciência ao longo da História, com o homem transformando a realidade e a si mesmo, a alienação do trabalho ainda persiste no sistema capitalista. A fragmentação e a especialização do trabalho são reflexos dessa alienação, pois, mesmo com o avanço das forças produtivas, o homem não possui controle total sobre seu trabalho nem plena consciência de todo o processo produtivo. Dessa forma, a contradição da alienação do trabalho na sociedade capitalista se consolida. Apesar do progresso das forças produtivas e da consciência, o homem ainda não detém o controle completo de seu trabalho nem a plena consciência do que produz.

Ao longo da História, observa-se uma tensão constante entre trabalho e consciência, que tem resultado, desde os primórdios, na alienação do trabalho. Essa contradição é fundamentalmente compreendida pela relação entre a produção material e a consciência dos indivíduos. Para Marx, a consciência está intrinsecamente ligada ao modo de produção de uma determinada época, e, por sua vez, influencia a própria produção. Ao passo que, “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade e o intercâmbio materiais dos homens, com a linguagem da vida real (MARX; ENGELS, 2007, p.93). Dessa forma, torna-se evidente que, para o filósofo, a consciência é uma construção histórica. Essa relação entre produção e consciência revela que a consciência está diretamente vinculada às estruturas econômicas e à forma como as relações de produção moldam a consciência dos indivíduos. Isso porque, segundo os autores

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

A contradição entre trabalho e consciência é uma consequência natural do desdobramento histórico, resultante das interações entre as forças produtivas, a divisão do trabalho e a alienação do trabalho. O desenvolvimento do trabalho e da consciência é um processo intimamente ligado à produção da realidade e à

autoprodução do próprio homem. À medida que as forças produtivas avançam e a divisão do trabalho se aprofunda, a consciência dos indivíduos também se transforma. No entanto, mesmo no presente, em que a consciência e as forças produtivas alcançaram níveis consideráveis de desenvolvimento devido ao progresso das relações materiais, ainda persiste um descompasso entre trabalho e consciência. Isso ocorre porque o trabalho continua a ser alienante, e o trabalhador ainda não tem controle sobre seu próprio trabalho para usufruí-lo plenamente. Além disso, o aprofundamento da contradição de classes no capitalismo torna ainda mais evidente essa separação entre trabalho e consciência, destacando as desigualdades presentes nas relações de produção atuais.

No âmago do sistema capitalista, encontra-se a radicalização da alienação do trabalho, por meio da tensão da fragmentação e da universalização do trabalho e da consciência. A fragmentação revela-se na divisão minuciosa de tarefas que o trabalhador fica responsável, sendo pequenas partes do processo produtivo. Desse modo, o trabalhador perde todo o controle de seu trabalho, além de a produção, em vez de ser uma experiência de sua habilidade e criatividade, torna-se um produto a ser vendido. Em consequência disso, os trabalhadores se sentem desconectados do resultado de seus esforços, limitando-se apenas a reproduzir de modo fragmentado o seu trabalho, contribuindo para o aprofundamento da alienação do trabalho: a separação do trabalhador do fruto de seu trabalho. O ponto central dessa contradição é que mesmo com a fragmentação do trabalho, a consciência consegue identificar a alienação existente no trabalho. Isso decorre dado que a consciência é histórica, além de ser moldada pelas relações materiais de uma época. Ao analisar as condições de trabalho, pode-se compreender os sintomas da alienação que permeiam as relações de trabalho no capitalismo. Assim, observa-se uma máxima fragmentação da experiência humana, enquanto se nota uma universalização das relações materiais e da consciência. Assim, Marx e diz em relação ao trabalho alienado:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. (...) O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria (MARX, 2004, p. 80).

No cerne do capitalismo, a alienação do trabalho atinge seu ápice, sendo intensificada pela tensão entre a fragmentação e a universalização do trabalho e da

consciência. A fragmentação se manifesta na minuciosa divisão de tarefas que cada trabalhador é incumbido, resultando na atribuição de pequenas partes do processo produtivo a cada indivíduo. Isso conduz a uma perda completa de controle sobre o próprio trabalho, transformando a produção, que poderia ser uma expressão da habilidade e criatividade do trabalhador, em um mero produto a ser vendido. Diante disso, “O trabalho o único vínculo que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com sua própria existência, perdeu para eles toda aparência de autoatividade e só conserva sua vida definindo-a” (MARX; ENGELS, 2007, p. 73). Conseqüentemente, os trabalhadores se sentem alienados do resultado de seus esforços, reduzindo-se a simples executores de tarefas fragmentadas, uma vez que “agora a autoatividade e a produção da vida material se encontram tão separadas que a vida material aparece como a finalidade, e a criação da vida material, o trabalho, aparece como meio (MARX; ENGELS, 2007, p. 73).

Isso contribui significativamente para o aprofundamento da alienação do trabalho, entendida pela separação do trabalhador em relação ao fruto de seu próprio trabalho. Ou seja, “potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e [...] independente do querer e do agir dos homens” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38). O núcleo dessa contradição reside no fato de que, mesmo diante da fragmentação do trabalho, a consciência é capaz de identificar a alienação presente no processo produtivo. Essa percepção decorre do caráter histórico da consciência, que é moldada pelas condições materiais de uma determinada época. Ao analisar as condições de trabalho sob o capitalismo, torna-se evidente os sintomas da alienação que permeiam as relações laborais. Assim, enquanto há uma máxima fragmentação da experiência humana, observa-se simultaneamente uma universalização das relações materiais e da consciência. Essa universalização é resultado do avanço do capitalismo, que estabelece padrões de produção, consumo e relações sociais que transcendem barreiras geográficas. No entanto, essa universalização é paradoxal, pois ocorre em meio à fragmentação da consciência, levando a uma alienação ainda mais profunda. Assim, a fragmentação do trabalho e a universalização das relações materiais e da consciência são aspectos interligados e intrínsecos ao funcionamento do sistema capitalista.

CAPÍTULO 2- O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE: MARX E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DO PROLETARIADO FRANCÊS EM 1848-1851

O *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), de Marx, oferece uma profunda análise das contradições que permearam os desdobramentos históricos na França dos anos 1848 a 1851. No texto, o filósofo concebe a cena política da França por meio da luta de classes daquele momento. Ao explorar esse período crucial, Marx destaca as complexas interações entre as classes sociais, os movimentos políticos e as transformações econômicas, revelando contradições intrínsecas que moldaram a trajetória da História francesa. No decorrer das páginas, o autor esclarece as classes sociais envolvidas na época, como, por exemplo, a grande burguesia, a pequena burguesia, o proletariado, o lumpemproletariado e o campesinato, e as suas representações de classe no campo político, a saber: o Partido da Ordem, o Partido Republicano, a Social-democracia e o Exército.

A partir de sua leitura materialista, Marx deixa claro que a relação entre classe social e representação política está entrelaçada a partir dos diferentes interesses econômicos de classe deste período analisado. Todo o movimento político dos anos de 1848 a 1851 é pautado pelas contradições deste período e pelos interesses de cada classe em cena. Na intenção de compreender o momento histórico em questão, o filósofo significou o entendimento sobre como os indivíduos construíram a sua História. Em outros termos, ele parte da tensão entre a influência das próprias circunstâncias dadas do passado, a possibilidade de ação dos homens ao fazerem a História no presente e no futuro. Como foi dito no capítulo anterior, a História é concebida pelas noções de passado, presente e futuro, que estão ligadas dialeticamente pelo desenvolvimento do trabalho alienado. O intuito desse capítulo é compreender como o proletariado pode interpretar a História a partir do seu ponto de vista, isto é, do seu interesse material e espiritual. Isso posto, apreender a História é assimilar como os indivíduos construíram a sua própria História e como esta também construiu os sujeitos a partir de uma tensão entre o dado e o possível.

Um tema muito caro nos escritos de Marx, para assimilar como a História é desenvolvida, é a consciência. Na *Ideologia Alemã* (MARX ; ENGELS, 2007, p. 94), Marx e Engels dizem que a vida determina a consciência. Os homens, em processo

de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio material, transformam assim a sua realidade e o seu pensar. Nesse sentido, a consciência parte do desenvolvimento da realidade a partir de determinadas condições do presente (MARX ; ENGELS, 2007, p. 94). Com isso, ao passo que os homens vão construindo sua História, este também desenvolve sua consciência. Ela é peça fundamental no processo de reinterpretar a História, visto que ela é moldada pelos interesses econômicos da classe dominante com o propósito de manter a sociedade no domínio dessa classe. A possibilidade de uma nova consciência para reinterpretar a História emerge da compreensão das relações de classe e dos interesses econômicos que moldam a sociedade. Ao romper com a visão dominante herdada da classe dominante, o proletariado pode reconhecer as distorções históricas e buscar uma compreensão mais completa dos eventos passados. Essa nova consciência é impulsionada pela percepção da História como um processo dinâmico de luta de classes e mudança social, incentivando os indivíduos a reconhecerem seu papel ativo na transformação da sociedade. No entanto, essa reinterpretação não ocorre de forma isolada, mas sim como parte do desenvolvimento histórico das condições materiais e da própria consciência de classe, destacando a importância do contexto histórico na formação dessa nova compreensão.

Marx discute a relação contraditória entre consciência e movimento histórico no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, levando em consideração a existência de uma tensão entre dado e possível na História, postos na relação contraditória. Isso porque a tensão entre o dado (passado construído) e o possível (futuro em aberto) é visível em diversos contextos históricos, inclusive, no analisado aqui, uma tensão operada em conjunto com o movimento histórico e a consciência dos indivíduos. E ela só é superada a partir do contexto em que o momento histórico e a consciência estejam desenvolvidos a ponto de permitir modificarem a estrutura social presente. Pode-se perceber já no início do texto essa relação contraditória. A Revolução de Fevereiro, conforme Marx, foi um atropelo que pegou de surpresa a antiga sociedade. Nesse momento, o proletariado tinha em suas mãos a oportunidade de realizar uma revolução socialista. No entanto, de acordo com o filósofo, o proletariado “pareceu ter recuado a um momento anterior ao seu ponto de partida; na verdade ela ainda precisava criar para si mesmo o ponto de partida revolucionário” (MARX, 2011, p. 29), uma vez que em Fevereiro o proletariado não tinha conquistado o novo conteúdo revolucionário para possibilitar a transformação social. Aqui nota-se concretamente a

tensão entre o dado histórico e a possibilidade de transformação social, momento crucial para que o proletariado alcance seu papel histórico, rompendo com a visão de História herdada pela burguesia e formando sua própria concepção de História revolucionária.

O novo conteúdo que o proletariado deveria ter batalhado para conquistar na Revolução de Fevereiro seria uma nova ordem social, o socialismo, em que os trabalhadores assumiriam o controle dos meios de produção e aboliram as relações capitalistas de produção. Todavia, o proletariado não conseguiu captar a tensão colocada na História entre o dado e a transformação histórica, uma vez que ainda estava enraizada à falsa consciência da burguesia na consciência proletária. Por mais que Marx defendia o proletariado como a nova força que emanciparia toda a sociedade da exploração e da opressão capitalista, o proletariado, em Fevereiro, apresentava um pensamento velho. Mesmo que as condições materiais da revolução socialista no Período de Fevereiro estivessem propícias para a tomada de poder, o proletariado ainda estava preso a conteúdos velhos. Diante disso, Marx diz:

“A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando aparecem estar empenhados em transformar a si mesmo e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, o seu figurino, a fim de representar, com essa roupagem tradicional, as novas cenas da história mundial” (MARX, 2011, p.25)

Em outras palavras, as condições materiais da revolução, mesmo existindo em Fevereiro, não levou à formação de uma nova consciência da classe operária. Desse modo, não há uma determinação direta da existência das condições materiais postas para a revolução com o surgimento de uma consciência crítica do operariado. No Período em questão, o proletariado ficou preso à consciência dos mortos, de acordo com Marx, isto é, aos conteúdos das revoluções passadas, não para glorificar suas novas lutas, mas para justificar a atual situação vivida. Assim, Marx afirma (2001, p.27-28) o que rondou de 1848 a 1851 foi o fantasma da antiga revolução, uma vez que acreditava-se ter obtido a força motriz necessária para avançar com maior celeridade, de repente se vê arremessado de volta a uma época extinta, ressurgindo os velhos elementos, nomes e a velha contagem de tempo. No entanto, o ponto de partida para a vitória do proletariado deveria ser a conquista de um novo conteúdo social, no qual se desenvolvesse uma consciência crítica e, em consequência, priorizasse-se a importância da revolução socialista partindo das condições sociais de 1848, sem

recorrer a reminiscências do passado com o intuito de justificar a possibilidade da revolução no presente.

O fato de o proletariado não consolidar o seu conteúdo revolucionário faz com que a burguesia saia ganhando e continue a dominar o proletariado. A burguesia, em circunstâncias de crise e instabilidade política, intensifica a sua dominação ideológica em relação ao proletariado, uma vez que ela não tem interesse que um período revolucionário se abra. A classe dominante utiliza-se de ideias e de conceitos do passado para justificar a sua posição política no presente, e isso inclui a apropriação de símbolos, ideais e eventos históricos para legitimar seu domínio sobre o proletariado. Em razão disso, a burguesia consegue manter seu controle sobre o trabalhador, desviando a atenção dele das questões fundamentais de seu tempo e explorando divisões dentro do movimento proletário. Marx argumenta que essa manipulação ideológica é facilitada pelo fato de que o proletariado muitas vezes não consegue articular e avançar seus próprios interesses revolucionários de forma clara e unificada. Ele observa que, ao permanecer preso aos "mortos", isto é, às ideias e práticas que já não servem mais aos interesses do proletariado, este último permite que a burguesia continue a dominá-lo.

Assim, o proletariado está submetido a uma dominação material e intelectual, como parte de uma alienação, visto que a consciência dele é constantemente fragmentada no capitalismo, o que dificulta a possibilidade dele construir o seu novo conteúdo revolucionário. Nesse sentido, houve um recuo ao ponto anterior de partida da Revolução de Fevereiro, porque não houve a compreensão da situação revolucionária presente e das relações das condições singulares para realizar a revolução. Aqui, nota-se uma contradição entre o movimento histórico, que parecia acenar para uma revolução social com o operariado à frente, e a consciência do proletariado, que não possibilitou a ruptura com a ordem imposta, uma vez que não conseguiu dar um conteúdo novo para a insurreição que estava construindo. E isso aconteceu pois o proletariado não conseguiu se desvencilhar da visão de História dada pela burguesia e escrever sua própria História. Nas circunstâncias dadas do proletariado, este não conseguiu superar essa contradição do fato histórico e da consciência ainda presa aos ideais burgueses.

Perante o exposto, é importante reforçar que a relação entre as classes sociais, a busca pela representação política no parlamento pelo proletariado e os interesses econômicos de cada classe estão nessa constante tensão colocada acima, de

movimento histórico e consciência das massas. No texto, Marx examina como as diferentes classes sociais, especialmente o proletariado e a burguesia, buscam representação política e influência no parlamento para promover seus interesses divergentes. Essa dinâmica revela não apenas as contradições inerentes ao sistema capitalista, mas também a luta contínua entre as classes pela supremacia política e econômica. O filósofo demonstra como a consciência das massas é moldada e influenciada pelos interesses das classes dominantes. Diante disso, Marx aponta que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX, 2007, p. 47). A classe dominante, muitas vezes através de seus representantes políticos, utiliza diversos meios para manipular a consciência da classe dominada e manter seu controle sobre o proletariado. Um exemplo claro dessa manipulação pode ser visto na forma como as diferentes facções burguesas exploraram e aprofundam as divisões entre a classe trabalhadora para promover seus próprios interesses. Por exemplo, durante o período que antecedeu o golpe de Estado de Luís Bonaparte, várias forças políticas burguesas exploraram as tensões entre os diferentes grupos proletários, como os trabalhadores urbanos e os camponeses, para promover seus interesses políticos e econômicos. Marx oferece uma análise penetrante das complexas interações entre movimento histórico e consciência das massas. Ele destaca a importância de compreender como as relações de classe, a luta política e os interesses econômicos moldam a consciência coletiva e influenciam o curso da História. Essa compreensão é essencial para aqueles que buscam reinterpretar a História de uma perspectiva crítica e emancipatória.

Marx também destaca a importância dos homens no processo de assimilação e elaboração de sua própria História, contudo ele acrescenta que tal História não é feita absolutamente livre e espontânea, uma vez que os homens não escolhem as circunstância sob as quais ela é feita, mas que estas lhes foram transmitidas ao longo da História (MARX, 2011, p. 25). É importante compreender essa frase na perspectiva dialética, isto é, apreendida na contradição entre o dado (passado) e o possível (futuro) operando conjuntamente. A origem do presente histórico encontra-se no passado, mas esse passado não determina o presente e/ou futuro. A interpretação do passado e a ação do presente são influenciadas pelas condições sociais e pelas lutas de classe em curso. Assim, a ação desempenha um papel crucial na interpretação do passado e na formação do presente histórico.

Marx enfatiza que a classe trabalhadora precisa agir de forma consciente e organizada para não apenas entender o passado, mas também para transformar o presente e o futuro. Isso envolve uma consciência de classe, em que os trabalhadores reconhecem suas próprias condições de exploração e opressão e buscam mudanças através da ação coletiva. A consciência de si mesmo da ação surge quando os trabalhadores reconhecem seu papel na História e sua capacidade de agir como agentes de mudança social, o que significa não apenas entender as condições sociais e econômicas que os cercam, mas também reconhecer sua própria capacidade de organização e luta contra a opressão e exploração. Sendo assim, os trabalhadores podem reinterpretar o passado de acordo com suas próprias experiências e interesses de classe, e moldar o presente e o futuro de acordo com suas próprias aspirações e necessidades.

A questão colocada acima pode ser analisada durante o Período de 1848 a 1851 na França, a saber: a tentativa fracassada da classe operária de realizar a revolução. Marx diz que “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p.25). Nessa circunstância, o que se coloca é que em época de revoluções, os espíritos do passado são conjurados para os dias atuais, por intermédio de seus nomes e figurinos, com o intuito de representar uma cena nova da História. No entanto, os espíritos conjurados no passado não representam uma nova cena na História para o proletariado em sua consciência. Marx elucida que pode ser perigoso para o movimento operário retornar ao passado em Fevereiro, pois a consciência do proletariado ficaria contida no conteúdo dos momentos históricos do passado sem conseguir desenvolver sua nova perspectiva a partir das circunstâncias do Período de 1848. Esse movimento que faz o proletariado no Período revolucionário é prejudicial, pois não ajuda a compreender as circunstâncias próprias de Fevereiro, assim como não supera as condições do presente. Ao invocar figuras do passado para referir-se ao presente, como se a História fosse desenvolvida em uma perspectiva de causa e efeito, a burguesia faz com que o proletariado não compreenda o que está em jogo, no atual Período, a possibilidade da revolução socialista. E, em consequência disso, as revoluções proletárias do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente sua própria marcha, retomam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo (MARX, 2011, p. 30).

Ao focar excessivamente no passado, os revolucionários podem negligenciar os desafios e os conflitos reais que enfrentam dentro de seu próprio movimento, minando assim a capacidade de enfrentar eficazmente as questões do presente para alcançar a revolução. Isso ocorre porque a fixação no passado pode resultar na adoção de uma mentalidade antiquada, enraizada em concepções burguesas de luta de classes e mudança social, que não se alinham com as condições e necessidades atuais do proletariado. Para emergir com uma nova consciência revolucionária, o proletariado deve desenvolver uma compreensão crítica de sua posição na sociedade de classe e de suas próprias condições de existência. Isso requer uma análise profunda das relações de produção capitalistas e das contradições fundamentais do capitalismo no presente. A compreensão do presente é essencial para que o proletariado possa identificar suas verdadeiras condições de exploração e opressão, bem como as possibilidades e desafios específicos que enfrentam em sua luta pela emancipação. Portanto, adotar uma abordagem crítica é crucial para que o proletariado desenvolva uma nova consciência revolucionária. Isso implica não apenas compreender as condições presentes de forma precisa, mas também agir de acordo com essa compreensão, a fim de transformar a realidade. Diante disso, Marx defende que “só é possível conquistar a libertação real no mundo real e pelo emprego dos meios reais” (MARX, 29, p. 29). Ao fazer isso, o proletariado pode transcender a velha consciência burguesa e emergir com uma consciência revolucionária que seja verdadeiramente reflexiva de suas próprias necessidades históricas.

Essa atitude crítica do proletariado depende do seu olhar no presente para compreender as contradições postas em seu período histórico, reconhecendo a necessidade de ação coletiva para transformar essas condições. O novo somente vai surgir quando o movimento operário deixar de compreender o presente pelo olhar do passado e perceber a necessidade de ver a História como uma tensão entre o dado e o possível, uma apreensão que implica reinterpretar a História a partir do ponto de vista do proletariado, sem resquícios de uma visão de História burguesa. Em consequência disso, o presente não estará fadado à negação do passado, de maneira determinada, como se fosse um processo de causa e efeito. Pelo contrário, a condição material poderá ser tomada de uma nova constituição da História, na qual o proletariado conseguirá superar a tensão entre o dado e o possível e construir uma História revolucionária.

Para que ocorra esse movimento, o proletariado deve desenvolver uma nova consciência, a qual deve se voltar para as condições do presente e não ficar aprisionada às condições do passado. A representação antiga não permite criar uma cena nova na História, visto que ela não leva em consideração o presente histórico e as necessidades atuais do proletariado. O movimento operário deve ser capaz de desenvolver uma análise crítica das condições presentes e buscar condições que sejam relevantes e eficazes para alcançar seus objetivos revolucionários. É fundamental que o movimento operário compreenda as condições econômicas e sociais do presente. Isso envolve entender as relações de produção capitalistas, as formas de exploração e opressão enfrentadas pelos trabalhadores e as contradições fundamentais do sistema. A posição do proletariado de ficar preso ao passado e não conseguir emergir o novo só interessa a burguesia, dado que, a partir disso, ela consegue manter a ordem social de acordo com seus interesses. Com a defesa constante do passado ou o retorno a ele, o proletariado está agindo contra seus interesses, mesmo que a burguesia tente o convencer do contrário por meio da dominação de classe.

Em vista disso, manter a classe operária com a consciência atrasada é fundamental para a burguesia, pois não permite que o proletariado se desvencilhe da sua situação de exploração e pressão, facilitando a dominação dele. Com isso, a farsa produzida no Período de 1848 só interessa a burguesia, que não tem nenhum interesse na transformação social realizada pelo operário. E isso foi exatamente o que aconteceu durante a revolução do proletariado no início de 1848 e ao longo do Período de 1848 a 1851 na França. O proletariado se vê alcançando a república social, ao mesmo tempo em que se vê arremessado a voltar ao passado pela burguesia, ressurgindo os velhos elementos e nomes. Portanto, Marx afirma “não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução do século XIX pode colher a sua poesia” (MARX, 2011, p. 28). Isso quer dizer que a revolução do proletariado não pode começar a se desenhar do passado sem antes ter despido toda superstição. A revolução proletária só pode se concretizar plenamente quando o movimento operário estiver totalmente desprovido de superstições e ilusões herdadas do passado. Isso significa que o proletariado deve estar totalmente consciente das condições reais em que vive e das forças sociais que moldam sua existência. Essa consciência crítica é essencial para que o movimento operário possa identificar claramente seus objetivos e desenvolver estratégias eficazes para alcançá-los. Portanto, antes de iniciar

qualquer movimento revolucionário, é necessário que o proletariado se liberte de toda ideologia burguesa e esteja completamente desperto para a sua própria realidade e para as possibilidades de transformação social. Essa compreensão é crucial para garantir que a revolução proletária seja genuína e bem-sucedida, ao invés de ser apenas mais uma repetição das estruturas de poder existentes. Por isso, é necessário deixar que os mortos enterrem os seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo (MARX, 2011, p. 29).

Aqui é importante frisar que as revoluções burguesas do século XIX recorriam às reminiscências do passado para desencadear e erigir a sociedade burguesa diante de seus interesses econômicos e políticos. Apesar disso, uma vez erigida a nova forma social, a burguesia desenvolveu os seus verdadeiros representantes e porta-vozes. Contudo, esta classe, ao erigir a nova forma social, desaparece com os figurinos e personagens do passado, como, por exemplo, Brutos e Gracos, e gera seus verdadeiros representantes, a saber, Cousins e Says (MARX, 2011, p. 26). Não é sem propósito que esta classe retoma figuras e eventos do passado, pois recorre do passado para legitimar seu poder no presente, a burguesia adota uma visão distorcida da História, que pode ser seletiva e ideologicamente motivada. Isso resulta em uma compreensão fora do tempo histórico, onde os eventos do passado são distorcidos como eventos eternos diante dos interesses da classe dominante. Essa ideia, defendida pela classe dominante de que o passado pode justificar o presente, implica uma visão estática da História, a qual ignora as mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo. A burguesia, ao insistir que a ordem social atual é natural e inevitável com base em eventos passados, perpetua a ilusão de uma verdade transcendental e atemporal da História, que serve aos seus próprios interesses de classe como justificativa da necessidade das relações que a favorecem.

Essa visão de uma verdade histórica fora do tempo histórico não apenas neutraliza a História, ao distorcer e manipular sua interpretação, mas também mina qualquer tentativa de transformação social significativa, apresentando uma versão da História que legitima autoridade da burguesia e suprime a tentativa do proletariado de ressignificar a História. Com isso, a classe dominante precisa legitimar as suas reivindicações e ações perante a sociedade. Apelar para conceitos como liberdade, igualdade e justiça derivados da tradição política e filosófica do Iluminismo, por

exemplo, ajudava a conferir uma base moral e intelectual às suas demandas por mudança.

Outro ponto importante seria referenciar as ideias e tradições do passado para mobilizar apoio popular. Ao conectar suas demandas às aspirações históricas e culturais das massas, os líderes das revoluções burguesas podiam ganhar o apoio de uma ampla variedade de grupos sociais, incluindo trabalhadores urbanos, camponeses e outros setores da população. Isso ajudava a burguesia a apresentar-se como herdeiras e defensoras de tradições de lutas históricas. Por outro lado, é importante notar que as revoluções burguesas não visavam uma ruptura completa com todas as tradições do passado, elas buscavam preservar certas estruturas sociais que eram consideradas benéficas para o desenvolvimento do capitalismo, como a propriedade privada e o livre mercado. Ao recorrer a ideias e tradições do passado, as revoluções burguesas também podiam servir para preservar e adaptar certos aspectos da ordem social existente às necessidades da ascensão da burguesia ao poder.

Após a classe burguesa consolidar o seu domínio econômico e ideológico, coloca os seus verdadeiros representantes como porta-vozes do processo histórico. Os quais protegem e promovem os interesses econômicos e políticos da classe burguesa. Isso inclui a defesa da propriedade privada e a promoção de políticas que beneficiem a acumulação de capital. Para tanto, novamente utiliza-se do passado com o intuito de legitimar o presente, além de conseguir implementar suas reivindicações com maior eficiência. Percebe-se que a burguesia faz dois movimentos diferentes: ela compreende a necessidade de recorrer ao passado para construir o presente, mas, uma vez no poder, ela compreende que se o proletariado conquistar uma visão de História revolucionária, ele atacaria sua posição de poder dentro da sociedade de classes. Com isso, a partir de seu domínio e interesse de classe, a burguesia consegue desenvolver uma concepção de História que faz com que o proletário retorne ao passado constantemente sem conseguir superar a tensão entre o dado e o possível por estar preso demasiado ao passado.

Portanto, essa relação do papel do passado na História impele a importância da consciência nesse processo de apropriação do passado, visto que a maneira como os indivíduos interpretam e compreende a História influencia suas ações e decisões no presente. A interpretação do passado e da História, por meio da consciência, não são desenvolvidas de forma independente da estrutura social. Longe disso, a maneira

como as pessoas pensam, percebem e interpretam o mundo é balizada pela estrutura econômica, política e social em que estão inseridas. Mas, essa relação não é unilateral, pois a consciência também influencia a estrutura econômica e social.

À vista disso, a consciência não é algo que emerge de maneira puramente individual, mas é influenciada pelos interesses, valores e relações de classe presentes na sociedade. Isso quer dizer que a consciência é marcada socialmente e moldada por interesses de classe. Marx também argumenta que as diferentes classes sociais têm interesses distintos e conflitantes, o que se reflete nas formas de representação e nos discursos produzidos por essas classes. As formas de representação — como a arte, a religião, a política, a cultura, a ideologia em geral — não são neutras, mas são moldadas pelos interesses e pela visão de mundo das classes dominantes. No entanto, apesar das várias formas de significação de cada classe, há ideias dominantes que tendem a refletir os interesses da classe dominante. Isso ocorre porque as formas de representação são influenciadas e muitas vezes controladas pelas classes dominantes, que detêm o poder econômico e político na sociedade capitalista. Isso significa que as ideias e os discursos que predominam em uma sociedade são frequentemente aqueles que refletem os interesses da classe dominante, ou seja, na sociedade capitalista, a classe burguesa. Desse modo, Marx compreende que

“Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 98).

Diante disso, fica claro como a burguesia consegue utilizar do passado histórico para justificar os seus interesses de classe e consolidar sua dominação. Ela se apropria de símbolos e eventos do passado, reinterpretando-os de maneira a promover sua própria imagem e a legitimar suas ações, mesmo que isso implique distorcer a verdade histórica. Não há dúvidas de que a tradição e as ideias do passado exercem uma influência sobre a consciência das pessoas no presente, mas também os sujeitos interpretam e reinterpretam o passado de acordo com os seus interesses de classes presentes e as condições sociais em que se encontram.

Nesse ponto, Marx mostra como a burguesia e o proletariado interpretaram o passado a partir da Revolução Francesa com o intuito de formular suas ações no

presente. A burguesia, durante todo o percurso de 1848 a 1851, glorificou a Revolução Francesa. Ela destacou sobremaneira a figura de Napoleão Bonaparte como um herói nacional, mas esconde os aspectos mais revolucionários da revolução de 1799. Essa atitude serve para consolidar seu poder de classe e legitimar suas reivindicações políticas.

A burguesia, como classe social dominante, quando se apropria da História o faz de modo a apresentá-la como causalidade, evolução e progresso necessário. Para esclarecer melhor esse ponto, pode-se ter como exemplo o texto basilar da Filosofia da História de Kant (1724-1804) "*Ideia de uma História Universal de um ponto de um ponto de vista Cosmopolita*"¹ (1986). Kant escreve no momento do Iluminismo, Período em que a burguesia está estabelecendo seus princípios e valores que ajudarão a consolidar a estrutura capitalista. Nesse texto, o filósofo converge com os ideais da burguesia e apresenta uma concepção de História alinhada com a classe dominante, apresentando as noções de causalidade, evolução e progresso ligadas à História.

Kant propõe que a História possua um propósito ou finalidade que transcende os interesses individuais, uma vez que a humanidade está sempre se movendo em direção a um estado de paz perpétua, no qual as nações se unirão em uma federação global baseadas em princípios de liberdade e moralidade, por meio do desenvolvimento da razão. Kant diz que o propósito do seu ensaio filosófico é: "elaborar a história universal do mundo segundo um plano da natureza que vise à perfeita união civil na espécie humana deve ser considerada possível e mesmo favorável a este propósito da natureza" (KANT, 1986, p. 22). O objetivo final da História, do ponto de vista kantiano, seria chegar a um estado de paz perpétua, finalidade que articula as determinações naturais e os imperativos morais do gênero humano, articulação posta pela unidade de leis racionais.

Com isso, compreende-se que os eventos históricos são determinados por uma série de causas e efeitos que podem ser compreendidos através da razão. Por esse ângulo, os eventos históricos não ocorrem de forma aleatória, visto que eles são organizados a partir das leis naturais já pré-estabelecidas. Kant também coloca que a

¹ O intuito de retratar a obra de Kant é o de exemplificar como a burguesia e seus teóricos desenvolveram uma ideia de História que corroborou com a concepção de uma História com um curso regular pré-estabelecido pelas leis naturais. Tal visão contrapõe a perspectiva de História aqui analisada.

História apresenta um progresso necessário, pois é movimento em direção a ideias morais, como a paz. No caso da paz perpétua, o progresso necessário implica que a busca pela paz não é apenas uma escolha, mas uma obrigação moral para com a humanidade. Por isso, dada a racionalidade e a capacidade moral dos seres humanos, é imperativo que eles trabalhem em direção à paz e à cooperação internacional. O progresso necessário e a causalidade, na visão de Kant, implicam que o desenvolvimento histórico seja direcionado para certos fins morais, seguindo padrões causais compreensíveis pela razão. Embora os eventos históricos possam parecer complexos e contingentes, eles ainda seguem uma trajetória geral em busca de certos objetivos considerados moralmente necessários.

Essa perspectiva implica uma compreensão em que a humanidade está constantemente progredindo em direção a um estado de maior harmonia, liberdade e justiça, embora esse progresso possa ser gradual e sujeito a contratempos temporários. Essa crença no progresso está intimamente ligada à ideia de que a história humana é guiada por uma lógica moral inerente, na qual os seres humanos, por meio de sua capacidade de razão, trabalham em direção a uma sociedade mais justa e pacífica. Kant argumentava que, embora os seres humanos possam cometer erros e retroceder temporariamente em seu progresso moral, a tendência geral da história é em direção ao aprimoramento moral e ao avanço da civilização. A classe burguesa identifica em Luís Bonaparte a figura de Napoleão Bonaparte de maneira a evidenciar uma inevitável evolução da História em direção à sua própria ascensão. Ela apresenta a ascensão de Luís Bonaparte como um desfecho de progresso benéfico da Revolução, ignorando os conflitos de classe e os interesses populares que estiveram envolvidos nesse processo. Embora Kant acredite no progresso moral e na busca pela paz perpétua como imperativos morais para a humanidade, essa visão otimista do desenvolvimento histórico não se reflete na posição analisada por Marx. Para Marx, a História da humanidade é imersa no conflito entre classe dominante e classe dominada. No Período de Fevereiro, os eventos históricos são marcados por contradições, conflitos e reviravoltas imprevisíveis, que divergem com a ideia de progresso moral inevitável, uma vez que reconhece a complexidade e a contingência dos acontecimentos, muitas vezes marcados por retrocessos e contradições, em vez de um avanço linear para o progresso humano.

Sob esses aspectos, a visão de História construída pela burguesia é conservadora. Isso porque, ao interpretar a História como uma série de eventos que

seguem uma lógica causal, a burguesia procura naturalizar sua própria dominação e marginalizar quaisquer formas de alternativas revolucionárias. Assim reforça-se sua posição de poder ao apresentar seu domínio como algo inevitável e até mesmo desejável, perpetuando a necessária ordem social existente. Em consequência da interpretação da História como uma sucessão de fatos inevitáveis, a burguesia cria uma ideologia que obscurece as contradições de classe e legitima a sua dominação. Essa representação da realidade é apresentada como uma representação objetiva dos fatos históricos, quando, na verdade, é uma construção ideológica que serve aos interesses da classe dominante. A burguesia se utiliza do controle dos meios de produção e das relações de produção para impor uma interpretação da História que a mantenha na posição de controle. Essa interpretação da História parte do desenvolvimento dos reflexos ideológicos consolidados por homens ativos de carne e osso que possuem o domínio de classe. Por consequência, ela desenvolve a consciência das massas, como também distorce a percepção dos fatos históricos, apresentando uma versão seletiva da História. Tal postura legitima o status quo capitalista, pois perpetua a ideia de que a História e a ordem social existente são naturais, dificultando a luta das massas por mudanças sociais significativas.

A burguesia, sendo a classe dominante, influencia como o proletariado se apropria da História, uma vez que a consciência de uma época é formada pela classe dominante do momento histórico. Na sociedade capitalista, em que a burguesia detém o poder econômico e político, sua visão de mundo, seus valores e seus interesses tendem a se tornar hegemônicos e a moldar a História. A classe burguesa exerce uma influência profunda sobre a maneira como o proletariado se apropria da História, moldando sua consciência e sua compreensão das relações de classe e das possibilidades de mudança social. Isso porque, de acordo com Marx e Engels (2007, p. 94), a vida determina a consciência, pois esta é desenvolvida pelos próprios indivíduos reais, vivos e possui pressupostos de classe. Isso faz com que o proletariado compreenda o passado pelo mesmo esquema que a burguesia, isto é, repetição. Como classe dominante, detém o controle dos meios de produção, das relações de produção, das instituições e a formação de uma consciência. Por isso, mesmo que o proletariado tenha interesses e perspectivas diferentes da burguesia, sua compreensão da História muitas vezes é filtrada pelas lentes ideológicas burguesas, pois a ideologia dominante na sociedade tende a moldar as percepções e interpretações do proletariado. Diante disso, é possível compreender que o

proletariado muitas vezes desenvolve uma visão da História que se baseia na causalidade, assim como a burguesia, o que o leva a se apropriar da História a partir da perspectiva de uma sucessão de eventos inevitáveis e determinados, como uma repetição histórica.

Essa concepção de História, herdada da burguesia, faz com que o proletariado fique estagnado e não avance na luta pela transformação da sociedade, uma vez que se a História é uma sucessão de fatos inevitáveis e determinados, não haveria motivos para transformar a realidade existente. É explícito que essa visão de História é disfuncional para o proletariado, pois amortece a luta de classe e as contradições de classes, fazendo com que a burguesia siga com o seu domínio. A visão de História como repetição impede a concepção de uma História a ser transformada. Com essa visão, o proletariado deve se apropriar do passado como uma ferramenta para orientar suas ações no presente e moldar o curso futuro da luta de classes. Isso implica não apenas compreender as lições do passado, mas também aplicá-las de maneira estratégica na busca por uma transformação social radical, algo totalmente diferente de olhar o passado como determinação do presente. A classe dominada precisa superar a contradição entre o dado e o possível para construir sua visão de História revolucionária, e para isso, é preciso forjar a revolução socialista.²

O Período de Fevereiro de 1848³ é definido por Marx como “um atropelamento que pegou de surpresa a antiga sociedade, e o povo proclamou esse ataque-surpresa como um feito que teria inaugurado uma nova era na História Mundial” (MARX, 2011, p.29). Além disso, este período revela uma contradição crucial, na qual a classe operária, inicialmente ativa no movimento de queda da monarquia, se vê isolada à medida que outras classes sociais temporariamente se unem. A ascensão de

² Como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, o problema de quem vem primeiro, se é a consciência ou o ato, na elaboração da História, é de segunda ordem para o Marx. O materialismo histórico é estruturado com o intuito de servir à transformação da sociedade, por intermédio da práxis, pela união da interpretação e da transformação da sociedade, apoiado na História do presente e pelo olhar do passado. Sendo assim, Marx entende que para apreender o sensível é importante perceber a unidade entre subjetivo e objetivo, com o intuito de compreender a totalidade da História.

³ O Período de Fevereiro representou um momento de grande agitação política na França. Esse momento se refere especificamente ao Período da Revolução de Fevereiro de 1848 em Paris, que resultou na queda da monarquia de Luís Felipe e na proclamação da Segunda República Francesa. Marx observa a Revolução de Fevereiro como uma expressão das contradições entre as classes sociais, especialmente entre a burguesia e o proletariado. O filósofo compreendeu como o proletariado desempenhou um papel significativo nos eventos de Fevereiro, mas também como a burguesia acabou assumindo o controle da situação após a queda do regime monárquico.

Bonaparte, resultado desse isolamento, ilustra a complexidade das alianças temporárias e o desencadeamento de eventos imprevistos. Fevereiro destaca-se pela deposição de Luís Felipe e pelo protagonismo do movimento operário nesse processo, o qual lutava para implantar uma república social. O governo improvisado pela Constituinte declarou-se como provisório no momento. E, para a burguesia, o objetivo central das Jornadas de Fevereiro seria uma reforma eleitoral, com a qual ampliasse o círculo dos privilegiados políticos dentro da classe capitalista e derrubasse o domínio exclusivo da aristocracia financeira. No entanto, a jornada de Fevereiro, tendo o proletariado à frente, elevou suas reivindicações quando o povo ocupou as ruas com as suas barricadas. Em meio à jornada de Fevereiro, a classe operária tinha determinado suas reivindicações a serem alcançadas. Além disso, o proletariado lutava por mudanças sociais e econômicas, a saber: melhores condições de trabalho, salários mais altos, redução da jornada de trabalho e melhores condições de vida; e, por fim, buscava participação nas decisões política dos governos, como: direito ao voto e representação nas instituições políticas.

As demandas do proletariado, defendidas em Fevereiro, foram em sua maioria descartadas ao longo do seguinte Período devido à ascensão da burguesia ao poder. Após a Revolução de Fevereiro, a burguesia estabeleceu rapidamente o seu governo, o qual se chocava com os interesses do proletariado, e, em vez de apoiar as demandas dos trabalhadores, ela buscou consolidar seu próprio poder político. Com o estabelecimento de seu governo da burguesia, a burguesia aproveitou a oportunidade para conter e suprimir as reivindicações mais radicais dos trabalhadores, temendo uma revolução social mais profunda que pudesse desafiar a estrutura de classe existente. O novo governo serviu para reprimir ativamente os movimentos e aspirações dos trabalhadores, consolidando assim o seu poder de classe. Durante as Jornadas, todas as classes que haviam colaborado com a Revolução de Fevereiro foram contempladas no governo, a saber: burguesia, pequena burguesia. Isso bastou para que o proletariado fosse tirado de cena e os velhos poderes voltassem ao protagonismo do Período.

No início do processo revolucionário, todas as classes precisavam do proletariado para que Luís Felipe fosse deposto, uma vez que o proletariado tinha a radicalidade necessária para pôr abaixo a monarquia. Todavia, quando se forma a Assembleia Nacional, o proletariado deixa de dirigir o processo revolucionário, dando espaço para todas as classes durante a formulação da constituição. Tal concessão foi

feita visto que as demais classes garantiram resguardar as demandas e reivindicações dos trabalhadores. Contudo, nota-se que, nesse momento, o proletariado foi ludibriado, pois com a crescente influência da burguesia as reivindicações foram esquecidas. A diminuição da influência do proletariado ocorreu porque as outras classes, especialmente a burguesia, começaram a buscar seus próprios interesses e a priorizar suas próprias demandas durante o processo constituinte. Embora inicialmente tenham prometido resguardar as reivindicações dos trabalhadores, conforme a burguesia ganhava mais influência e poder na Assembleia Nacional, as demandas proletárias foram gradualmente deixadas de lado. Isso se deve em parte ao fato de que a burguesia, ao conquistar mais poder político, passou a defender políticas e medidas que refletiam seus interesses econômicos e de classe. Assim, as prioridades da burguesia, como a proteção da propriedade privada e a busca pelo livre mercado, acabaram prevalecendo sobre as demandas do proletariado por melhores condições de trabalho, salários justos e direitos sociais. A burguesia no controle não apenas se negou a atender às demandas da classe trabalhadora, mas também agiu para reprimir ativamente seus movimentos e aspirações. Qualquer tentativa dos trabalhadores de pressionar por suas reivindicações foi frequentemente encontrada com resistência por parte das autoridades burguesas.

No cerne desse problema, podemos perceber a contradição entre consciência e o fato histórico que perpassa a classe operária. No decorrer dos acontecimentos, houve uma fragmentação da consciência dos trabalhadores. Inicialmente, os trabalhadores estavam motivados por uma consciência avançada das injustiças sociais que permeavam a França. Entretanto, à medida que os eventos históricos se desdobravam, o movimento operário e sua consciência fragmentada entravam em contradição com a realidade concreta enfrentada pelos trabalhadores durante o Período de Fevereiro. Concretamente, o proletariado não era uma classe homogênea, e dentro da classe proletária havia trabalhadores de diferentes setores industriais, profissões e níveis de habilidade. Por exemplo, os interesses e demandas dos trabalhadores urbanos industriais eram diferentes dos trabalhadores agrícolas ou dos artesãos, e essas divisões enfraqueceram a capacidade do proletariado de se unir em uma frente unificada contra a burguesia.

Marx também destacou como as duras condições econômicas enfrentadas pelos trabalhadores muitas vezes os levavam a se concentrar em questões imediatas, como encontrar emprego e sustento para suas famílias, em vez de se envolverem em

questões políticas mais amplas. Isso resultava em uma fragmentação da consciência, uma vez que os trabalhadores imersos no trabalho alienado estavam mais preocupados com suas necessidades básicas do que com a luta por mudanças sociais mais profundas. Diante disso, Marx (2007, p.38) define essa alienação como uma potência estranha, sobre a qual não sabe de onde veio para onde vai, mas possui desenvolvimento independente do querer dos homens.

Outro exemplo disso seriam as várias alianças que os trabalhadores fizeram com a pequena burguesia ou até mesmo com a burguesia liberal no perpassar dos eventos. Nota-se nisso a alienação da consciência do proletariado, dado que este, se juntando a outras classes sociais antagônicas, não compreende como estas agem contra seus interesses, levando a diversas derrotas políticas. A fragmentação e alienação da consciência dos trabalhadores é um artifício da burguesia para que o proletariado não consiga vislumbrar a possibilidade de transformação social. Nessa situação de alienação, a classe operária pode se juntar aos seus inimigos de classe, assim como apresentar diferenças internas. Essas atitudes errôneas são condicionadas a partir da alienação do trabalhador de seu próprio trabalho e de sua consciência revolucionária.

Para exemplificar melhor essa contradição, é importante apresentar um esquema geral da França nesse Período. A situação inicial da França era de tensão entre diferentes classes com projetos antagônicos. Existe uma burguesia formada por comerciantes, industriais, profissionais liberais e grandes proprietários de terra que buscavam aumentar sua influência política e econômica. Ela desejava reformas que promovessem o livre mercado, a proteção da propriedade privada e a garantia de direitos civis e políticos que beneficiassem sua ascensão econômica. Em contraposição, havia o proletariado composto por trabalhadores das fábricas, artesãos e camponeses sem terra que migraram para as cidades em busca de emprego, porém encontravam-se profundamente descontentes com suas condições socioeconômicas. Os trabalhadores enfrentavam longas horas de trabalho, possuíam salários baixos, más condições de vida e falta de representação política. A partir de sua situação precária, o operário começou a se organizar em sindicatos e movimentos políticos para buscar reformas sociais robustas.

Aqui há a construção de um cenário propício para a situação revolucionária que se abre na França na Revolução de Fevereiro. Como já falado, o proletariado não é uma classe uniforme em termos de interesse econômico. Essas diferenças

econômicas levaram a divisões internas da classe trabalhadora em relação às suas prioridades e demandas. Além das diferenças econômicas, havia também uma variedade de perspectivas ideológicas dentro do proletariado. Alguns trabalhadores adotavam ideologias socialistas mais radicais, enquanto outros preferiam abordagens mais moderadas ou reformistas. Essas diferentes visões políticas muitas vezes resultaram em divisões políticas dentro do proletariado. Diante das divisões no interior da classe operária, a burguesia aproveitava desse cenário para promover seus interesses e a sua consciência de classe, dificultando a possibilidade de consolidar a revolução. Tal atitude aprofunda a fragmentação da consciência do proletariado, uma vez que dentro do próprio proletariado há diferenças econômicas e ideológicas, fazendo com que a burguesia tenha maior acesso a parcelas com um nível de vida melhor e dispute a consciência de classe do proletariado.

Após a ascensão da Segunda República, o proletariado deu espaço para todas as classes sociais que participaram do movimento do Período de fevereiro- burguesia, pequena burguesia-, ter espaço no governo. Isso fez com que a burguesia controlasse todas as demandas políticas e econômicas que passassem pela Assembleia. Aqui se cria um cenário em que há um acirramento na tensão entre as classes devido a diferentes interesses econômicos, políticos e ideológicos dentro das próprias classes e entre elas. Esse momento foi fundamental para a aparição da figura de Luís Bonaparte. Marx diz que

“Enquanto o proletariado parisiense ainda se comprazia na contemplação da ampla perspectiva que se lhe descortinara e se entregava a discussões bem-intencionadas sobre os problemas sociais, os velhos poderes da sociedade se reagruparam, reuniram-se, ponderaram e receberam o apoio inesperado da massa da nação, dos camponeses e pequenos burgueses, os quais se lançaram todos de uma só vez à arena política após a queda das barreiras da Monarquia de Julho” (MARX, 2011, p 33).

A divisão do próprio proletariado, assim como a tensão entre o proletariado e a burguesia, engendrou o surgimento de Bonaparte, que foi eleito presidente da Segunda República Francesa em dezembro de 1848, principalmente devido ao apoio de camponeses e pequenos proprietários rurais, que estavam preocupados com a instabilidade política e a agitação social do Período. Bonaparte aproveitou-se das divisões de classe e das tensões existentes na sociedade francesa, apresentando-se como um líder capaz de restaurar a ordem e a estabilidade. Ele, durante seu governo,

dissolveu a Assembleia Nacional, reprimiu violentamente as manifestações do proletariado e promulgou medidas autoritárias para consolidar seu próprio poder, culminando em seu golpe de Estado em 2 de dezembro de 1851, que estabeleceu o Segundo Império Francês com ele como imperador. É importante frisar que tais alianças feitas pelo proletariado com setores da burguesia, como na própria unidade para derrubar a monarquia, fez fortalecer a imagem de Luís Bonaparte, visto que ele aproveitou das tensões de classe entre a burguesia e o proletariado para promover seus próprios interesses em detrimento das aspirações da classe trabalhadora.

Marx diz que, após as Jornadas de Fevereiro, “não só a oposição dinástica foi surpreendida pelos republicanos e os republicanos pelos socialistas, mas toda a França por Paris” (MARX, 2011, p. 34). Quando as classes dominantes perceberam que o movimento operário estava ultrapassando o limite das reivindicações no interior da sociedade capitalista, estas classes se juntaram em um só partido, o Partido da Ordem, para sufocar o caráter revolucionário do Período. A burguesia queria acabar com a monarquia para ampliar os seus privilégios, mas na Assembleia Nacional defendeu uma república burguesa com o apoio da aristocracia financeira, da burguesia industrial, da pequena-burguesia, do exército, do lumpemproletariado e Bonaparte. É relevante notar que a disputa entre as diferentes parcelas da burguesia pode influenciar na própria disputa interna do proletariado. Isso é possível dado que as diferentes facções da burguesia muitas vezes têm interesses econômicos distintos. Por exemplo, um setor pode apoiar políticas mais liberais, enquanto outro pode defender uma posição mais conservadora. Para além disso, essas divisões dentro da classe dominante podem se refletir nas preferências políticas e ideológicas dentro do proletariado, levando a divisões internas baseadas em alinhamentos com diferentes facções burguesas. Tais diferenças internas do proletariado são causadas pela falta de uma consciência de classe favoráveis às demandas e reivindicações de sua própria classe, o que revela uma alienação do proletariado de sua consciência de classe e da própria estrutura social. A alienação é reforçada pela própria burguesia, uma vez que ela tem a estrutura econômica e ideológica em suas mãos, além de ter o interesse de buscar obter apoio do proletariado para seus próprios interesses políticos e econômicos.

À vista disso, a fragmentação da consciência do proletariado leva a disputas internas, visto que, por meio da alienação, o proletariado pode defender uma pauta que não o favorece completamente, como, por exemplo, a defesa de uma república

burguesa. A defesa da república por parte da classe possuidora só foi levada adiante até o momento que os seus interesses de classes estavam resguardados e a república burguesa estava garantida. Ela só pode representar a forma política da sociedade capitalista, defendendo apenas direitos universais e abstratos, sem conseguir estabelecer a revolução social. Aqui a consciência da burguesia estava respaldada na sua posição de classe e seus interesses econômicos e políticos. Mesmo havendo divisões em relação à revolução entre os campo burguês, a partir do momento que a burguesia percebeu que seus interesses de classes estavam ameaçados por uma possível revolução, todos os seus se uniram na defesa da república burguesa.

Com isso, percebe-se que a consciência da classe dominante não é fragmentada como a consciência do proletariado. E isso é resultado da posição da classe burguesa na sociedade capitalista, uma vez que, sendo a detentora dos meios de produção e do domínio ideológico, ela controla os recursos e as instituições que podem ser usados para promover seus interesses de classe, contribuindo para uma maior coesão de sua consciência. Mesmo havendo frações dentro da burguesia, esta se une em momentos críticos da conjuntura, uma vez que a sua posição como detentora dos meios de produção e da ideologia pede unidade para defender seus interesses de classe, como, por exemplo, a garantia de lucro e a manutenção da sociedade capitalista. A burguesia compreende que a unidade de sua consciência é fundamental para garantir os seus interesses de classe.

Contudo, o proletariado não possui a sua consciência una como a da burguesia, mas dispersa. O proletariado é a classe explorada da sociedade capitalista, cuja subsistência depende da venda de sua força de trabalho aos capitalistas. Tal posição na sociedade capitalista deveria fazer com que a classe proletária tivesse uma consciência unificada. No entanto, a sua própria localização dentro do capitalismo já a faz ter uma consciência fragmentada e alienada, uma vez que a própria burguesia, entendendo que a consciência é socialmente marcada e possuindo acesso aos meios de produção, dissipa a sua própria posição ideológica ao proletariado. Isso faz com que o movimento operário seja fragmentado, seja pela própria concorrência que a burguesia coloca sobre o proletariado no trabalho ou a própria alienação a que o trabalhador é submetido no capitalismo.

Todas essas questões são pensadas e colocadas em prática pela classe dominante para que a consciência do proletariado não seja una e a burguesia continue alastrando sua consciência de classe para toda sociedade, já que a consciência de

uma época é a consciência da classe dominante. Importante frisar que a condição de fragmentação da consciência do operariado reforça a impossibilidade dele superar a barreira entre o dado e o possível na História e realizar a revolução social. Por isso, a burguesia intensifica a fragmentação e a alienação da consciência dos trabalhadores, dado que assim a percepção da contradição entre o passado e o presente fica cada vez mais difícil de ser percebida pelo proletariado, assim como a capacidade de reinterpretar a História e construir sua emancipação.

Desse modo, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* oferece uma análise profunda sobre como a História é desenvolvida pelas contradições e interesses antagônicos da classe burguesa e proletária. Marx demonstra como os antagonismos entre essas duas classes influenciam os eventos históricos, criando um cenário de constante interação entre forças opostas. Nesse sentido, a História é concebida como um processo dinâmico, repleto de contradições e conflitos, em que as mudanças e desenvolvimentos da História são impulsionados por tensões entre a consciência e o fato histórico. Ao longo do texto, Marx mostra como as classes sociais estão em constante luta pelo poder e pela dominação, e como essas lutas se desdobram em eventos históricos significativos. As contradições entre as classes dominantes e as classes oprimidas, como a burguesia e o proletariado, são especialmente destacadas, mostrando como essas contradições geram movimentos revolucionários ou não revolucionários e transformações na sociedade. Essa visão dialética da História ressalta a natureza complexa e multifacetada do processo histórico. Essa compreensão da História como um processo em constante movimento é fundamental para entender como as sociedades se transformam ao longo do tempo e como os conflitos de classe desempenham um papel central nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de História, segundo a perspectiva marxiana, oferece uma visão dialética do desenvolvimento humano ao longo do tempo. Marx enfatiza a centralidade do trabalho como uma atividade fundamental que não apenas garante a subsistência, mas também molda as relações sociais e econômicas de uma sociedade. É pelo do trabalho que os seres humanos interagem com a natureza, transformando-a e, por sua vez, sendo transformados por ela, na elaboração da História. Diante disso, a compreensão da História como uma sucessão de lutas de classes é fundamental para entendermos as transformações da História ao longo do tempo. Marx argumenta que a História escrita até hoje é a história das lutas de classes, destacando a constante oposição entre opressores e oprimidos como elemento central na dinâmica histórica. Essa visão nos permite enxergar as contradições e os conflitos subjacentes ao desenvolvimento da História em diferentes contextos históricos.

Além disso, o papel central do trabalho na História humana é enfatizado, não apenas como meio de subsistência, mas como elemento fundamental na organização social e produtiva. Ao examinarmos o desenvolvimento do trabalho ao longo da História, compreendemos como as formas e as relações de trabalho têm se constituído e como tem influenciado as estruturas sociais de cada época. Outro ponto abordado foi a análise da consciência como resultado do desenvolvimento material e das condições sociais de cada momento histórico. Marx destaca a importância de uma nova consciência, emancipada das ideologias da classe dominante, para reinterpretar a História e impulsionar a transformação social. Essa nova consciência é crucial para que o proletariado assuma seu papel histórico na construção de uma sociedade sem classes.

O texto ressalta a necessidade de compreendermos o presente a partir das condições materiais e das relações sociais vigentes, reconhecendo as continuidades e rupturas históricas que moldam nossa realidade. A análise crítica do presente, ancorada nas relações de produção e nas estruturas econômicas, políticas e sociais, é essencial para identificarmos as possibilidades de transformação e para nos posicionarmos de forma ativa na construção de uma História do ponto de vista do

proletariado. Nesse sentido, aprendemos que a História é desenvolvida diante da contradição entre as circunstâncias dadas pelo passado e a possibilidade de ação dos homens ao fazerem a História. Diante das reflexões sobre o papel do trabalho, das relações de classe e da consciência ao longo da História, torna-se evidente que a História não se desenrola de modo linear. Em vez disso, ela é caracterizada por uma série de contradições, conflitos e transformações que moldam e reconfiguram constantemente as estruturas sociais, econômicas e políticas. Ao examinarmos os diversos momentos históricos, como em 1848, percebemos que não há uma progressão linear ou uma evolução constante, mas sim uma complexa teia de eventos e processos que refletem as lutas de classes e as mudanças nas relações de poder. A História é marcada por avanços e retrocessos, rupturas e continuidades, onde as condições materiais e sociais de cada época influenciam diretamente a consciência e as ações dos indivíduos, assim como estas influenciam as condições materiais de cada época. Portanto, compreender a História requer uma abordagem dialética, que reconheça as contradições e as interações entre diferentes forças e sujeitos históricos, e que esteja atenta às possibilidades de transformação e emancipação dos trabalhadores que surgem dessas contradições.

Para concluir, gostaríamos de apresentar caminhos para continuação desta pesquisa, uma possível relação entre o *18 de Brumário de Luís Bonaparte* de Marx e a crise de direção revolucionária de Leon Trotsky (1879-1940). Marx oferece nesta sua obra análises valiosas não apenas sobre a ascensão de Luís Napoleão Bonaparte ao poder na França de 1848, mas também sobre os desafios enfrentados pelos movimentos revolucionários em conseguir consolidar uma direção eficaz do proletariado para a tomada de poder. Esses mesmos desafios são ecoados na crise de direção revolucionária experimentada por Trotsky durante a Revolução Russa e seus desdobramentos, problema apresentado principalmente em *Programa de transição* (2017).

No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx destaca a falta de liderança eficaz por parte dos revolucionários durante a Revolução Francesa de 1848, e Trotsky enfrentou desafios semelhantes em estabelecer uma liderança unificada e coesa dentro do movimento revolucionário russo, por isso, desenvolveu sua teoria da crise da direção revolucionária, uma vez que, segundo Trotsky, “a situação política mundial como um todo caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado” (TROTSKY, 2017, p.15). Para o revolucionário russo, a direção política

do proletariado deve levar as massas a derrubada da burguesia e a tomada de poder dos meios de produção.

Em síntese, a análise de Marx sobre o *18 de Brumário de Luis Bonaparte* oferece um quadro conceitual útil para entender a crise de direção revolucionária enfrentada por Trotsky. Ambos os eventos destacam os desafios inerentes ao surgimento de uma direção consequente com as demandas do proletariado em meio às complexidades políticas, sociais e históricas de uma revolução. A compreensão desses desafios pode fornecer importantes problemas para os movimentos revolucionários atuais, destacando a importância crucial de uma direção para a tomada de poder da classe trabalhadora

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto comunista*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

KANT, Immanuel. *Idéia De Uma História Universal De Um Ponto De Vista Cosmopolita*, Editora Brasiliense, São Paulo. 1986.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*; São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política (Livro 1)*. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TROTSKY, Leon. *O programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. São Paulo: Sundermman, 2017.